

São Paulo, 11 de outubro de 2021.

Para: **SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA E
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL ("ANAC")**

Ref.: Detalhamento de contribuição em consulta pública | Contrato de Cessão de Uso de Área
para Exploração do Estacionamento do Aeroporto Internacional de Viracopos.

Prezados,

1. Para detalhamento da contribuição apresentada na consulta pública ("Contribuição") referente aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental ("EVTEA") e às minutas de edital de licitação, contrato de concessão e respectivos anexos para relicitação da concessão ("Relicitação") para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de Campinas ("Consulta Pública"), apresentamos informações sobre o contrato de cessão de uso de área para exploração do estacionamento do Aeroporto Internacional de Viracopos ("Estacionamento"), firmado entre Aeroportos Brasil Viracopos S.A. ("VCP") e Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. ("Estapar") em 08 de novembro de 2016 ("Contrato").

2. São anexos deste informativo:

- (i) **Anexo I** - Contrato;
- (ii) **Anexo II** - depósito de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) feito pela Estapar em favor de VCP;
- (iii) **Anexo III** - comunicação à ANAC sobre o Contrato;
- (iv) **Anexo IV** - aprovação do Contrato pelo Conselho de Administração de VCP;
- (v) **Anexo V** - acordo homologado nos autos da Ação Consignatória movida por Estapar em face de VCP e BNDES ("Ação Consignatória");
- (vi) **Anexo VI** - acordo homologado nos autos do Interdito Proibitório proposto por Estapar em face de VCP ("Interdito Proibitório"); e
- (vii) **Anexo VII** - acordo na impugnação de crédito na recuperação judicial de VCP.

I. FORMAÇÃO DO CONTRATO

3. Para garantir o atendimento aos termos do Contrato de Concessão e à governança interna de VCP, o Contrato estabeleceu condições suspensivas à sua eficácia. Entre elas estavam (i) aprovação expressa do Conselho de Administração de VCP; e (ii) disponibilização do Contrato à ANAC e ausência de oposição ou ressalva desta.

4. **Governança privada.** Em atendimento ao Estatuto Social de VCP, o Contrato foi aprovado por seu Conselho de Administração (Anexo IV), composto por membros indicados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (“INFRAERO”) e acionistas privados.

5. **Governança pública.** Em atendimento ao disposto no Contrato de Concessão¹, o Contrato foi enviado à ANAC (Anexo III). Não houve oposição ou ressalva dentro do prazo legal geral estabelecido pela Lei nº 9.784/1999². Expirado o prazo, teve início a vigência do Contrato.

II. RECONHECIMENTO JUDICIAL

6. Houve três medidas judiciais tendo Estapar como parte envolvendo o Contrato, atualmente encerradas por acordos que confirmam sua validade e eficácia.

7. **Consignatória.** Em fevereiro de 2017, Estapar recebeu notificação do BNDES com solicitação de pagamento dos valores referentes ao Contrato na conta corrente informada pelo BNDES. Diante da crise gerada em torno de quem deveria legitimamente receber o pagamento, Estapar moveu Ação Consignatória em face de VCP e BNDES para depositar em juízo os aluguéis mensais.

8. A sentença reconheceu a validade do Contrato e o direito de VCP ao recebimento dos pagamentos. Tempos depois, foi homologado acordo entre VCP, BNDES e

¹ Cláusula 3.1.30 do Contrato de Concessão: São direitos e deveres da Concessionária durante todo o prazo da Concessão: disponibilizar à ANAC todos e quaisquer documentos e informações pertinentes à Concessão, inclusive contratos e acordos de qualquer natureza firmados com terceiros, facultando a fiscalização e realização de auditorias.

² Art. 49 da Lei nº 9.784/1999: Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Estapar para transferência dos valores depositados judicialmente e pagamento de valores futuros à VCP, pondo fim ao litígio (Anexo V).

9. **Interdito Proibitório.** VCP chegou a enviar notificação a Estapar com pretensão de declarar extinto/ineficaz o Contrato (“Notificação”). Para impedir turbação/esbulho na posse das áreas cedidas no Contrato, Estapar moveu Interdito Proibitório em face de VCP. As partes se compuseram e reconheceram que o Contrato permanece válido, eficaz e em vigor, e que VCP deveria cumprir o disposto no artigo 14, § 2º, V, da Lei nº 13.448/2017 (Anexo VI).

10. **Impugnação de crédito.** Em seu processo de recuperação judicial, VCP tentou qualificar (i) o Contrato como resolvido e (ii) Estapar como credora quirografária. Estapar impugnou o quadro de credores e obteve reconhecimento judicial de que (i) nem o Contrato havia sido resolvido (ii) nem era credora de qualquer valor no processo de insolvência. As partes novamente transigiram, reconhecendo a validade e a eficácia do Contrato (Anexo VII).

11. **Fim da Recuperação Judicial de VCP.** Vale dizer, por fim, que a Recuperação Judicial de VCP, ambiente no qual a vigência do Contrato foi debatida, foi finalizada com anuência da ANAC, que votou pela aprovação do respectivo plano. Portanto, não há dúvida sobre a higidez da avença, que deve vigor até seu termo final.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

12. **Conclusão.** Diante do exposto na Contribuição e no presente detalhamento, conclui-se que:

- (i) o Contrato cumpriu condições de governança privada de VCP e pública em relação à ANAC;
- (ii) em todos os litígios judiciais, o Contrato teve sua validade e eficácia reconhecidas, inclusive pelo BNDES e também pela própria ANAC na Recuperação Judicial de VCP, tratando-se de negócio jurídico reconhecidamente hígido;
- (iii) o Contrato é anterior às normas que tratam da Relicitação, devendo observar o regime jurídico vigente à época de seu aperfeiçoamento;
- (iv) o Contrato atende aos requisitos materiais da Portaria 93/2020 do Ministério de Infraestrutura para sua sub-rogação em caso de extinção antecipada da concessão;
- (v) a manutenção e sub-rogação do Contrato observa os parâmetros de eficiência e oportunidade objetivados para a relicitação;



- (vi) o Contrato deve ser obrigatoriamente sub-rogado ao novo concessionário do complexo aeroportuário.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos eventualmente necessários.

Atenciosamente,

ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.



Anexo I - Contrato

CESSÃO DE USO DE ÁREAS DE ESTACIONAMENTOS EM AEROPORTO

I – QUADRO RESUMO

1. AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A., com sede no Município de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/nº, CEP: 13052-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.522.178/0001-07, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **CEDENTE**.

2. ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A., com sede na cidade de São Paulo/SP, na Av. Juscelino Kubitschek, 1830 – Bloco 3 – 2º andar, CEP: 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.537.263/0001-66, representada nos termos de seu Estatuto Social, doravante designada **CESSIONÁRIA**.

3. OBJETO: Cessão de Áreas de Estacionamento do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado no Município de Campinas, com, no mínimo, 4.774 (quatro mil setecentos e setenta e quatro) vagas, para exploração comercial pela **CESSIONÁRIA**.

4. PRAZO MÍNIMO DA OPERAÇÃO: O prazo do Contrato é de 144 (cento e quarenta e quatro) meses, contados do Início da Operação, que ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a superação de todas as Condições Suspensivas previstas na Cláusula Terceira.

5. VALOR DO ALUGUEL MENSAL: Será pago de acordo com a somatória do resultado do valor e dos percentuais calculados sobre as faixas do Faturamento Bruto (FB) mensal, conforme segue:

Faixa	Faturamento Bruto (FB)	Aluguel sobre a faixa do FB
1ª.	Até FB de R\$2.178.020,35 (dois milhões, cento e setenta e oito mil, vinte reais e trinta e cinco centavos) mensais.	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
2ª.	Da diferença de FB de R\$2.178.020,35 (dois milhões, cento e setenta e oito mil, vinte reais e trinta e cinco centavos) a R\$2.412.500,00 (dois milhões, quatrocentos e doze mil e quinhentos reais) mensais.	75,00% (setenta e cinco por cento)
3ª.	Da diferença de FB de R\$2.412.500,00 (dois milhões, quatrocentos e doze mil e quinhentos reais) a R\$2.701.574,29 (dois milhões, setecentos e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos) mensais.	77,50% (setenta e sete e meio por cento)

- 4ª. Da diferença acima de FB de R\$2.701.574,29 80,00% (oitenta por cento) (dois milhões, setecentos e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos) mensais.

5.1. O Faturamento Bruto (FB) deverá ser calculado conforme previsto na Cláusula Sétima.

6. FORMA E LOCAL DO PAGAMENTO DO ALUGUEL MENSAL: O Aluguel Mensal será pago pela CESSIONÁRIA à CEDENTE no dia 15 (quinze) de cada mês subsequente ao vencido em conta corrente nº 15.286-7, Banco Itaú Unibanco S.A. (341), Agência nº 0910, de titularidade da CEDENTE, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

7. OUTORGA: pagamento a ser realizado pela CESSIONÁRIA à CEDENTE em razão da disponibilização do Estacionamento plenamente operativo, qual seja: (i) o Edifício Garagem com 3.200 (três mil e duzentas) vagas disponíveis; (ii) o Bolsão "D" com 642 (seiscentas e quarenta e duas) vagas disponíveis; e (iii) o Bolsão "F" com 932 (novecentas e trinta e duas) vagas disponíveis com um total de, no mínimo, 4.774 (quatro mil setecentos e setenta e quatro) vagas, sistemas de automação, obras civis adequadas, para exploração num prazo mínimo de 144 (cento e quarenta e quatro) meses, conforme Cláusula Sexta do Contrato.


8. INVESTIMENTOS: benfeitorias em imóvel de terceiro (Estacionamento) que serão realizadas pela CESSIONÁRIA, limitadas ao valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme relação constante da Carta Convite.

II - DO CONTRATO

Pelo presente instrumento particular, de um lado, na qualidade de **CEDENTE, AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A.**, com sede no Município de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/nº, CEP: 13052-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.522.178/0001-07, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; e

de outro lado, na qualidade de **CESSIONÁRIA, ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Juscelino Kubitschek, 1830 – Bloco 3 – 2º andar, CEP: 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.537.263/0001-66, representada nos termos de seu Estatuto Social;

Ambas conjuntamente denominadas "Partes" ou, individualmente, "Parte";



CONSIDERANDO QUE:

- a) A CEDENTE está autorizada a celebrar com terceiros contratos que envolvam a utilização de áreas no Complexo Aeroportuário, pelo regime de direito privado, nos termos do item 11.1 do Contrato de Concessão; e
- b) A CESSIONÁRIA tem interesse em explorar Estacionamento e a CEDENTE está disposta a cedê-lo nos termos e condições deste Contrato.

RESOLVEM, de mútuo e comum acordo, celebrar o presente Contrato de Cessão de Uso de Área de Estacionamento em Aeroporto ("Contrato"), nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – REGRAS DE SUBMISSÃO E INTERPRETAÇÃO

- 1.1 As Partes reconhecem e concordam que os termos e condições estabelecidos neste Contrato se fundamentam nos preceitos, princípios e limites legais pactuados entre a CEDENTE e o Poder Concedente, por força do Contrato de Concessão nº 003/ANAC/2012 - SBKP e da legislação vigente.
- 1.2 A CEDENTE declara que o presente Contrato não fere ou contradiz qualquer direito ou obrigação estabelecida com qualquer ente público, privado, instituição financeira ou Autoridades Governamentais, conforme abaixo definido, e pode ser firmado em todos os seus presentes termos e condições, assim como seus anexos e qualquer outro documento correlato.
- 1.3 Integram o presente Contrato os anexos a seguir enumerados, que rubricados pelas Partes passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se nele estivessem transcritos, valendo seus termos e suas condições para todos os fins de direito, salvo no que contrariem o aqui disposto, caso em que prevalecerão os termos deste Contrato.
 - (i) **Anexo A:** E-mail datado de 04 de novembro de 2016, contendo a versão assinada do Contrato de Concessão;
 - (ii) **Anexo B:** Carta Convite e seus anexos;
 - (iii) **Anexo C:** Proposta Comercial;
 - (iv) **Anexo D:** Projeto do Estacionamento;
 - (v) **Anexo E:** Tarifas de Permanência;
 - (vi) **Anexo F:** Referências Operacionais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DEFINIÇÕES

- 2.1. Neste Contrato, bem como em toda documentação que o integra, os significados dos termos abaixo serão conforme definidos a seguir:
 - a) **"Aluguel Mensal":** valores pagos pela CESSIONÁRIA à CEDENTE, nos termos da Cláusula Sétima deste Contrato e do Código Civil;
 - b) **"Aprovações Governamentais":** significa toda e qualquer autorização, aprovação, registro, licença, permissão ou isenção, por parte de qualquer Autoridade Governamental;

- c) “Autoridades Governamentais”: significa qualquer entidade vinculada, diretamente ou indiretamente, ao governo federal, estadual ou municipal, assim como qualquer entidade governamental que desempenhe funções legislativas, executivas, regulatórias, administrativas ou judiciais ou que, a qualquer tempo, exerça qualquer forma de jurisdição ou controle de fato sobre as Partes, o presente Contrato ou qualquer operação e/ou avença aqui prevista, incluindo aqui, mas não se limitando, a ANAC;
- d) “Carta Convite e seus Anexos”: **Anexo B** ao Contrato;
- e) “Cessão”: cessão onerosa de uso das áreas e dos direitos de exploração comercial relativas ao Estacionamento, conforme disposto no Contrato;
- f) “Complexo Aeroportuário”: a área da Concessão, caracterizada pelo sítio aeroportuário descrito no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), incluindo faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais, administrativas e para exploração econômica relacionada à Concessão;
- g) “Condições Suspensivas”: são as indicadas no item 3.1;
- h) “Contrato de Concessão”: significa o Contrato de Concessão nº 003/ANAC/2012 – SBKP, celebrado entre a CEDENTE e a União, por meio da ANAC, em 14 de junho de 2012, para concessão de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Complexo Portuário do Aeroporto Internacional de Viracopos;
- i) “Despesas Condominiais”: rateio dos custos cobrados mensalmente e que compõe as despesas fixas: energia elétrica, água e lixo, água gelada;
- j) “Estacionamento”: significa o espaço e a infraestrutura descritos no Anexo E, observado o disposto na Cláusula Quarta;
- k) “Faturamento Bruto ou FB”: significa a receita total auferida na exploração do Estacionamento;
- l) “Investimentos”: conforme definido no item 8 do Quadro Resumo e Cláusula Sexta deste Contrato;
- m) “Início da Operação”: significa o começo da Operação, a ocorrer nos termos do item 4 do Quadro Resumo;
- n) “Mínimo de Vagas”: quantidade de vagas de autosserviço (*self-parking*) no Estacionamento, garantida pela CEDENTE à CESSIONÁRIA;
- o) “Operação”: atividade envolvendo atendimento direto ao usuário dos Estacionamentos, para exploração mediante cobrança e administração do Estacionamento pela CESSIONÁRIA;

- p) "Outorga": conforme definido no item 7 do Quadro Resumo e Cláusula Sexta deste Contrato;
- q) "Plano de Negócios": significa o plano de negócios aprovado pelas Partes;
- r) "Poder Concedente": poder concedente no Contrato de Concessão, neste caso representado pela ANAC;
- s) "Prazo Mínimo de Operação": prazo de Operação de 144 (cento e quarenta e quatro) meses contados do Início da Operação, necessários para garantir a viabilidade da Operação do Estacionamento;
- t) "Tarifa de Permanência": valor cobrado do usuário do Estacionamento pela permanência e guarda dos veículos automotores, conforme tabela de preço definida pela CESSIONÁRIA;
- u) "Tributos Incidentes": são os tributos incidentes sobre a atividade de estacionamento (sob alíquotas de: ISS: 5% (cinco por cento), PIS: 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento) e COFINS: 7,6% (sete vírgula seis por cento); e
- v) "Reserva de Vagas Online": Sistema onde o usuário poderá reservar e pagar pelo uso do estacionamento de forma antecipada.

2.2. Os termos acima, em sua forma plural ou singular, terão o mesmo significado quando utilizados neste Contrato ou qualquer documento a ele vinculado.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES SUSPENSIVAS

3.1. A eficácia do presente Contrato está subordinada às seguintes Condições Suspensivas:

- (i) a aprovação expressa deste Contrato mediante deliberação unânime em reunião de Conselho de Administração da CEDENTE e ausência de oposição ou ressalvas de ANAC sobre este Contrato, observado o subitem 3.1.1 abaixo;
- (ii) disponibilização pela CEDENTE do presente Contrato ao Poder Concedente, nos termos do item 3.1.30 do Contrato de Concessão, com a respectiva manifestação do Poder Concedente acerca dos documentos disponibilizados;
- (iii) ausência de oposição ou ressalvas do Poder Concedente sobre este Contrato, observado o subitem 3.1.1 abaixo; e
- (iv) demonstração pela CEDENTE, por documento idôneo, da vinculação do valor pago a título de Outorga ao pagamento da Contribuição Fixa devida pela CEDENTE ao Poder Concedente.

3.1.1. O Poder Concedente deverá ser comunicado deste Contrato, com envio de cópia, no prazo de 3 (três) dias úteis contados de sua assinatura. Se, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação acima, o Poder Concedente

não apresentar oposição ou ressalvas, o Contrato será considerado eficaz a partir do primeiro dia subsequente à expiração de tal prazo, desde que superadas as demais condições suspensivas acima.

CLÁUSULA QUARTA – OBJETO DO CONTRATO

- 4.1. Constitui objeto do presente Contrato a Cessão, pela CEDENTE à CESSIONÁRIA, de área para a exploração comercial da atividade de estacionamento de veículos localizadas no Edifício Garagem, Bolsões “D” e “F” no Complexo Aeroportuário, contendo o Mínimo de Vagas de 4.774 (quatro mil, setecentos e setenta e quatro) vagas, livres, desimpedidas e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame.
- 4.2. No caso de indisponibilidade do Mínimo de Vagas, desde que não causada pela CESSIONÁRIA, disposto no item 4.1 acima, será aplicada fórmula de ajuste da Outorga prevista na Cláusula Sexta deste Contrato.
- 4.3. Durante o prazo de vigência do Contrato, a CESSIONÁRIA terá a preferência na Operação de qualquer Estacionamento previsto ou que venha a ser incluído no Complexo Aeroportuário.
- 4.4. A implantação de novo Estacionamento pela CEDENTE para atendimento de passageiros, somente poderá ser realizada caso a taxa média anual de ocupação dos Estacionamentos sob gestão da CESSIONÁRIA supere 85% (oitenta e cinco por cento) de ocupação, garantida à CESSIONÁRIA a preferência prevista no item 4.3 acima.
- 4.5. Em caso de implantação de novo Estacionamento, não operado pela CESSIONÁRIA, e que reduza o FB em relação a média dos 12 (doze) meses anteriores ao início da operação do novo estacionamento, será assegurado o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, considerando referida média.
- 4.6. O direito de preferência reservado a CESSIONÁRIA obriga a CEDENTE, em relação a potencial nova contratação, buscar propostas em condições exequíveis, não só no que se refere à parte financeira, como também operacional e comprovada capacidade técnica, bem como qualidade dos serviços compatíveis com o porte da CESSIONÁRIA.
- 4.6.1. Para tanto, a CEDENTE compromete-se a buscar propostas comerciais, obtidas de boa-fé, e por escrito, de quantos terceiros interessados quiserem participar do seu processo de concorrência, incluindo evidências da disposição de tais terceiros em aceitar a celebração de tal contrato comercial com a CEDENTE, nas condições apresentadas, sendo certo que após a conclusão do processo de concorrência, que poderá ter várias etapas, a CEDENTE deverá apresentar a CESSIONÁRIA a proposta que entende seja a melhor oferta (a “Oferta”). A Oferta deverá conter o objeto e condições comerciais completas. Após eleger a melhor Oferta, a CEDENTE deverá enviar uma notificação, por escrito, a CESSIONÁRIA, comunicando o recebimento da Oferta e suas condições (a “Notificação de Oferta”).

- 4.6.2. Recebida a Notificação de Oferta, a CESSIONÁRIA terá o direito irrevogável, a ser exercido por meio de notificação por escrito à CEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Notificação de Oferta, de aceitar o contrato comercial de acordo com as mesmas condições da Oferta. Na hipótese de exercício, pela CESSIONÁRIA, do direito de preferência aqui estabelecido, o contrato comercial deverá ser assinado em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento, pela CEDENTE, da notificação de exercício do direito de preferência aqui prevista.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE CESSÃO

- 5.1. O presente Contrato é firmado pelo prazo mínimo de 144 (cento e quarenta e quatro) meses, contados do Início da Operação.
- 5.1.1. Findo o prazo de vigência do Contrato, caso a CEDENTE tenha interesse em dar continuidade na Cessão para empresa do mesmo ramo de atividade da CESSIONÁRIA, fica garantido o direito de preferência da CESSIONÁRIA, nos mesmos termos e condições então propostos. Para tanto, a CEDENTE compromete-se a apresentar à CESSIONÁRIA cópia do extrato da proposta comercial apresentado por terceiro.

CLÁUSULA SEXTA – DA OUTORGA E INVESTIMENTOS

- 6.1. Pela Cessão, a CESSIONÁRIA pagará a CEDENTE a Outorga estipulada em **R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)**, em única parcela paga em até 05 (cinco) dias após a superação das Condições Suspensivas, bem como promoverá Investimentos para as benfeitorias constantes na Carta Convite, em imóvel de terceiro (Estacionamento), limitados ao valor de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**.
- 6.2. Caso a CESSIONÁRIA não efetue o pagamento da Outorga conforme estabelecido acima, incidirão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado dia a dia, e multa de 2% (dois por cento), encargos esses que incidirão sobre o valor do débito, corrigido monetariamente desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, pela variação do IPCA/IBGE, ou índice que vier a substituí-lo.
- 6.3. A Outorga será, necessariamente, utilizada pela CEDENTE para o pagamento da Contribuição Fixa prevista na Seção IV – Da Contribuição ao Sistema, Capítulo II – DO OBJETO do Contrato de Concessão, nos termos da Cláusula Terceira.
- 6.4. Os Investimentos estão previstos no item 6.1 da Carta Convite, incluindo a implantação do sistema PDV Estapar, plataforma de Reserva de Vagas Online e Mobile (APP), cuja instalação fica desde já autorizada pelo CEDENTE. A CESSIONÁRIA realizará os Investimentos em até 12 (doze) meses contados do Início da Operação.

- 6.4.1. Todos os Investimentos deverão ser realizados até o limite estabelecido no item 6.1 acima e caso ultrapasse, caberá a CEDENTE a decisão de realiza-los às suas expensas, conforme relação constante na Carta Convite.
- 6.5. O valor da Outorga e Investimentos estão baseados (i) no Mínimo de Vagas estabelecido no item 4.1 acima e (ii) no Prazo Mínimo de Operação. Caso, ao longo da Cessão, o Estacionamento disponha, em qualquer momento e por qualquer razão, de número de vagas inferior ao Mínimo de Vagas ou haja diminuição do Prazo Mínimo de Operação, por fatos imputáveis à CEDENTE, o valor da Outorga e Investimentos serão automaticamente revisados, via abatimentos no Aluguel Mensal, garantindo o equilíbrio econômico financeiro do Contrato, de acordo com a fórmula abaixo:

Fórmula:

$$(Out+Invest)Reaj = (Out+Invest) \times VRed / NMV \times \sum DRedNMV / PMin$$

Onde:

$(Out+Invest)Reaj = Outorga + Investimentos \text{ Reajustados};$

$(Out+Invest) = Outorga + Investimentos$ (valores de Outorga e Investimentos corrigidos mensalmente desde o respectivo pagamento até a data do cálculo do abatimento pelo IPCA/IBGE (ou índice que vier a substituí-lo) + 6%a.a.);

VRed = Quantidade de vagas reduzidas em relação ao Mínimo de Vagas;

NMV = Número Mínimo de Vagas, correspondente a 4.774 (quatro mil setecentas e setenta e quatro) vagas;

$\sum DRedNMV$ = somatório do número de Dias com Redução do Número Mínimo de Vagas (considera o período em que o número Mínimo de Vagas não foi atendido); e

PMin = Prazo Mínimo de Operação (em dias).

- 6.5.1. O resultado numérico da fórmula acima será abatido do Aluguel Mensal de forma a, no menor tempo possível, ser amortizado. O saldo remanescente não abatido a cada Aluguel mensal manterá a mesma condição de correção mensal pelo IPCA/IBGE (ou índice que vier a substituí-lo) + 6%a.a. até a sua respectiva quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ALUGUEL MENSAL

- 7.1. A CESSIONÁRIA pagará à CEDENTE o Aluguel Mensal com base no FB do Estacionamento, previsto no item 5 do Quadro Resumo. Considera-se FB toda receita auferida na Operação do Estacionamento. Para a viabilidade e definição dos percentuais das faixas do FB para apuração do Aluguel Mensal, foram consideradas as premissas de despesas de acordo com a Carta Convite, não vinculadas a valores, sendo de responsabilidade da CESSIONÁRIA os Tributos Incidentes sobre a atividade exercida neste local. As premissas e despesas são:

- (i) Folha de salários, encargos sociais e benefícios dos empregados efetivamente alocados no Estacionamento, inclusive provenientes de acordos ou condenações judiciais ou administrativas;

- (ii) Manutenção preventiva e corretiva de sistemas (equipamentos de automação e controle, CFTV e sinalizador de vaga);
- (iii) Limpeza da área e Vigilância;
- (iv) Despesas Condominiais de acordo com o critério de rateio anexo;
- (v) Transporte/translado do Bolsão F;
- (vi) Materiais de limpeza e suprimentos de escritório, uniformes e tickets;
- (vii) Taxas de administração de cartões de crédito, aluguel de POS, telefonia, prêmio para contratação de seguro RC Garagista e RD Valores, ressarcimento de todos os valores relativamente a sinistros, seus custos e despesas, incluindo prêmio/taxa de administração da apólice de seguro, que tenham que ser indenizados pela CESSIONÁRIA ou que ela venha a ser compelida a pagar;
- (viii) Taxa de administração Sistema Sem Parar ou similares;
- (ix) Custo de operação e despesas financeiras com cartão de crédito e débito;
- (x) Eventual custo de gerenciamento operacional;
- (xi) Custo mensal referente ao PDV Estapar e seu Sistema de Reserva de Vagas Online;
- (xii) Processamento, ressarcimento e franquias de veículos sinistrados; e
- (xiii) Condenações judiciais e ressarcimentos decorrentes de sinistros e eventos ocorridos no Estacionamento (tais como danos morais, materiais, pessoais e lucros cessantes).

7.1.1. Qualquer premissa e despesa operacional não prevista no rol taxativo acima elencado, deverá ser previamente aprovada de comum acordo entre as Partes, as quais serão ser deduzidas do Aluguel Mensal.

7.1.2. A CEDENTE autoriza desde já que a CESSIONÁRIA instale as suas expensas medidores independentes para verificação do consumo efetivo de energia elétrica dos Estacionamentos, bem como promova qualquer medida para redução de seu consumo, como por exemplo a substituição das lâmpadas atuais por lâmpadas com tecnologia LED. Com a instalação dos medidores independentes a despesa com energia elétrica será paga pela CESSIONÁRIA com base na medição real de consumo, deixando assim de pagar a referida Despesa Condominial via rateio.

7.2. O Aluguel Mensal será pago de acordo com o somatório do resultado do valor e dos percentuais calculados sobre as faixas do FB mensal, conforme:

Faixa	Faturamento Bruto (FB)	Aluguel Mensal sobre a faixa do FB
1ª.	Até FB de R\$2.178.020,35 (dois milhões, cento e setenta e oito mil, vinte reais e trinta e cinco centavos) mensais.	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
2ª.	Da diferença de FB de R\$2.178.020,35 (dois milhões, cento e setenta e oito mil, vinte reais e trinta e cinco centavos) a R\$2.412.500,00 (dois milhões, quatrocentos	75,00% (setenta e cinco por cento)

	e doze mil e quinhentos reais) mensais.	
3ª.	Da diferença de FB de R\$2.412.500,00 (dois milhões, quatrocentos e doze mil e quinhentos reais) a R\$2.701.574,29 (dois milhões, setecentos e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos) mensais.	77,50% (setenta e sete e meio por cento)
4ª.	Da diferença acima de FB de R\$2.701.574,29 (dois milhões, setecentos e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos) mensais.	80,00% (oitenta por cento)

- 7.2.1. Para efeito de pagamento do valor previsto no item 7.2 anterior, considera-se o FB obtido pela CESSIONÁRIA com a gestão e operação do Estacionamento.
- 7.2.2. Para fins de apuração/comprovação do FB, a CESSIONÁRIA apresentará e entregará diariamente à CEDENTE documento comprobatório do seu faturamento diário, cujo padrão será definido pelas Partes.
- 7.2.3. Em complementação ao disposto no item 7.2 acima, a CESSIONÁRIA autoriza desde já o livre acesso, pela CEDENTE, ao seu sistema de controle de movimento diário e demais documentos relacionados ao Estacionamento, para fins de acompanhamento/avaliação do faturamento diário.
- 7.2.4. A CESSIONÁRIA desde já concede à CEDENTE ou à terceiro previamente indicado por esta, o acesso irrestrito, a qualquer tempo e mediante prévia comunicação, às suas dependências e a área do Estacionamento, para auditar e examinar todos os documentos direta e/ou indiretamente relacionados ao Estacionamento, inclusive, mas não se limitando, os documentos de apuração do faturamento diário do Estacionamento e do Aluguel Mensal do Contrato.
- 7.3. Para apuração dos valores devidos a título de Aluguel Mensal, a CESSIONÁRIA deverá apresentar, até o 5º dia útil do mês subsequente, o relatório gerencial da Operação, para conciliação de dados e ratificação do FB.
- 7.4. As faixas de FB serão reajustadas anualmente de acordo com o IPCA/IBGE, ou índice que vier a substituí-lo.
- 7.5. O efetivo pagamento deverá ser realizado no dia 15 (quinze) de cada mês subsequente ao vencido, mediante depósito em conta corrente bancária de titularidade da CEDENTE e por esta indicada por escrito.
- 7.5.1. O não pagamento do Aluguel Mensal, na respectiva data do vencimento, sujeitará a CESSIONÁRIA a multa moratória equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor devido, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o total do débito apurado até a data do pagamento.

- 7.6. Caso o FB previsto para 1ª Faixa no item 7.2 não seja atingido, a diferença a menor de FB será convertida em crédito a favor da CESSIONÁRIA, calculado conforme a seguinte fórmula ("Crédito FB"):

$$\text{Crédito de FB} = (1^{\text{a}} \text{ Faixa do FB} - \text{FB realizado})$$

Onde:

FB realizado: FB apurado no mês

- 7.6.1. Apurado o Crédito FB, a CESSIONÁRIA o compensará em FB futuros, descontando do respectivo valor do Aluguel Mensal.
- 7.6.2. O Crédito de FB será corrigido mensalmente monetariamente pelo IPCA/IBGE (ou índice que vier a substituí-lo) e reajustado mensalmente por juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
- 7.7. O Crédito FB será compensado deduzindo-se do Aluguel Mensal até o prazo máximo de 12 (doze) meses. Caso o Crédito FB não seja integralmente compensado em até 12 (doze) meses, a CESSIONÁRIA deverá notificar a CEDENTE quanto à prorrogação do Contrato pelo prazo suficiente para compensar o Crédito do FB, obedecendo o limite do prazo do Contrato de Concessão, ou quanto a solicitação do pagamento do Crédito de FB, que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após a notificação.
- 7.7.1. A quantidade de meses necessária para a compensação de Crédito FB será apurada pela seguinte fórmula:

$$\text{Prorrogação} = \text{Crédito FB 12}^{\text{o}} \text{ mês} / 1^{\text{a}} \text{ Faixa do FB mês Origem}$$

Onde:

Prorrogação: refere-se ao número de meses que o contrato deve ser prorrogado. Deve ser um número inteiro, sendo o resultado da fórmula arredondado para cima.

Crédito FB 12º mês: refere-se ao saldo de Crédito de FB corrigido apurado ao término do período de compensação de 12 meses

1ª Faixa do FB mês Origem: refere-se ao valor da 1ª Faixa de FB do mês de origem do Crédito de FB

- 7.7.2. Se, prorrogando até o término do Contrato de Concessão, não tiver sido possível compensar integralmente o Crédito FB, a CEDENTE deverá efetuar o pagamento do Crédito FB, em conta corrente disponibilizada pela CESSIONÁRIA, em até 10 (dez) dias úteis contados de notificação encaminhada pela CESSIONÁRIA, sob pena de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados dia a dia, e multa de 2% (dois por cento), encargos esses que incidirão sobre o valor do débito, corrigido monetariamente desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, pela variação do IPCA/IBGE, ou índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – TARIFA DE PERMANÊNCIA

- 8.1. A Tarifa de Permanência praticada no Estacionamento será definida pela CESSIONÁRIA, levando-se em consideração a análise da demanda local, a composição dos custos inerentes à operação do Estacionamento e o Plano de Negócios, tendo a CEDENTE a obrigação de tomar todas as providências necessárias perante terceiros, inclusive Autoridades Governamentais responsáveis pelo Contrato de Concessão, para viabilizar a cobrança.
- 8.2. O valor inicial (em reais) da Tarifa de Permanência, definido no Anexo F, a ser praticado pela CESSIONÁRIA, será reajustado, no mínimo, uma vez por ano pelo índice IPCA/IBGE, ou índice que vier a substituí-lo, utilizando-se o dia 12/06/2016 como data base.
- 8.3. A CESSIONÁRIA poderá efetuar convênios com terceiros visando sempre ao bom andamento dos negócios e o perfeito funcionamento do Estacionamento, podendo, para tanto, colocar placa alusiva, desde que previamente autorizados pela CEDENTE.
- 8.4. A CESSIONÁRIA mantém convênio com a Porto Seguro, que concede aos usuários um desconto nas estadias avulsas e mensais, o qual será arcado pela CESSIONÁRIA, e que estão desde logo autorizadas.
- 8.4.1. O desconto referido acima será realizado a exclusivo critério da CESSIONÁRIA, em decorrência de convênios que firmou com terceiros, entretanto, considerando a natureza do presente instrumento e a forma de remuneração devida, deverão ser considerados os valores integrais para o cálculo do FB, ou seja, o valor da tarifa isenta de descontos, quando da realização dos repasses à CEDENTE.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

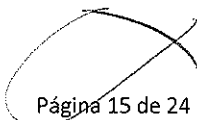
- 9.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas neste Contrato, obriga-se a CESSIONÁRIA a:
- 9.1.1. Prestar os serviços de Operação do Estacionamento, conforme as especificações previstas nas Referências Operacionais.
- 9.1.2. Efetuar o pagamento de quaisquer ônus decorrentes da Operação do Estacionamento, inclusive tributos federais, estaduais e municipais, e os encargos sociais e trabalhistas de seus empregados, com exceção das obrigações de responsabilidade da CEDENTE previstas neste Contrato.
- 9.1.3. Garantir à CEDENTE livre acesso ao Estacionamento, bem como todas as áreas, instalações e equipamentos contíguos e/ou de qualquer forma relacionadas a este Contrato.
- 9.1.4. Afastar do local da Operação e substituir, de imediato, quaisquer empregados, prepostos e contratados cuja atuação ou permanência prejudique o

prosseguimento regular dos trabalhos ou cujo comportamento seja comprovadamente inconveniente.

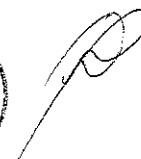
- 9.1.5. Manter na coordenação e/ou controle da Operação um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-la e tomar deliberações relacionadas à Operação.
- 9.1.6. Obter e manter válidos os certificados, durante o período de vigência do Contrato, de todos os cursos necessários à convivência aeroportuária, incluindo, mas não se limitando aos cursos: AVSEC, SGSO e Familiarização com o Aeroporto, que serão custeados diretamente pela CEDENTE.
- 9.1.7. Manter no Estacionamento um livro de ocorrências para registro dos fatos e informações julgados relevantes à Operação.
- 9.1.8. Encaminhar, previamente, à CEDENTE a relação dos nomes de todas as pessoas que vierem a lhe prestar serviços, ainda que em caráter eventual, bem como apresentar, quando requerido, os documentos de identificação das mesmas.
- 9.1.9. Credenciar todos os representantes e empregados alocados na Operação, pagando antecipadamente à CEDENTE e determinando o uso obrigatório e ostensivo da credencial, de modo a identificar claramente seu portador dentro do Complexo Aeroportuário.
- 9.1.10. Restituir a credencial fornecida pela CEDENTE ao término de vigência deste Contrato, bem como quando houver desligamento de representantes e empregados da CESSIONÁRIA.
- 9.1.11. Abster-se de realizar qualquer benfeitoria ou edificações no Estacionamento, sem aprovação prévia da CEDENTE, restituindo o Estacionamento em perfeitas condições, salvo desgaste normal do uso, respeitando-se a incorporação de eventuais benfeitorias realizadas, ao final da vigência do Contrato.
- 9.1.12. Facultar à CEDENTE o direito de examinar e vistoriar, a qualquer tempo, o Estacionamento.
- 9.1.13. Operar, ininterruptamente, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias na semana, com funcionários uniformizados, rigorosamente selecionados e treinados para o bom desempenho das tarefas a eles inerentes.
- 9.1.14. Fechar/interditar vagas, entradas e saídas, seja temporariamente ou permanentemente de acordo com as instruções da CEDENTE, garantido o reequilíbrio econômico-financeiro nos termos da Cláusula Sexta.
- 9.1.15. Fiscalizar o pessoal que executa serviços, direta ou indiretamente, no fiel cumprimento das normas impostas pela CEDENTE, ficando entendido que seu descumprimento poderá acarretar o imediato afastamento do infrator.

- 9.1.16. A fim de manter sempre atualizada as áreas cedidas a CESSIONÁRIA deverá manter, ininterruptamente, em perfeito estado de conservação, segurança, higiene e asseio, inclusive no tocante às entradas, vidros, esquadrias, vitrines, fachadas, divisões, portas, acessórios, equipamentos, benfeitorias, iluminação e ventilação, inclusive fazendo executar as pinturas periódicas, de modo a mantê-los em perfeito estado, devolvendo-os ao término ou rescisão da cessão, em condições de serem imediatamente ocupadas.
- 9.1.17. A CESSIONÁRIA deverá apresentar projeto da reforma e/ou atualizações para aprovação prévia da CEDENTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de início da realização da reforma e/ou atualização. Caso o projeto não seja aprovado pela CEDENTE, a CESSIONÁRIA deverá alterá-lo a fim de atender às exigências da Cedente e reapresentá-lo no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da reprovação.
- 9.1.18. Caso a CESSIONÁRIA descumpra qualquer das obrigações previstas nas cláusulas acima, a CEDENTE a notificará indicando a obrigação descumprida. A CESSIONÁRIA terá 02 (dois) dias úteis para responder apresentando as justificativas e as providências que foram ou serão tomadas para sanar as irregularidades. Em caso de não saneamento das irregularidades a CESSIONÁRIA estará obrigada ao pagamento, em favor da CEDENTE, de multa equivalente a 03 (três) Aluguéis Mensais da 1ª faixa do FB, por evento.
- 9.2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas neste Contrato e em outros documentos, obriga-se a CEDENTE a:
- 9.2.1. Em caso de extinção antecipada do Contrato de Concessão, por qualquer razão, assegurar que as indenizações pagas à CEDENTE sejam destinadas, prioritariamente, à revisão da Outorga nos termos da Cláusula Sexta, exceto se o presente Contrato for preservado.
- 9.2.2. Permitir à CESSIONÁRIA acesso a todas as áreas, instalações e equipamentos necessários à Operação e ao cumprimento deste Contrato.
- 9.2.3. Fornecer à CESSIONÁRIA os documentos exigidos para obtenção da Licença/Alvará de Funcionamento do Estacionamento, excluindo o AVCB, sob pena de, não o fazendo, arcar com todas as penalidades impostas, multas e responsabilidades eventualmente imputadas à CESSIONÁRIA.
- 9.2.3.1. Eventuais custos para a obtenção do AVCB, interdição operacional e/ou multas decorrentes de atraso na obtenção da licença de funcionamento do Estacionamento por ausência de AVCB ou atuação de órgãos fiscalizatórios (e.g. Prefeitura, Procon, Ministério Público etc.) por ausência de AVCB serão de responsabilidade da CEDENTE.
- 9.2.4. Realizar o pagamento de todos os tributos pertinentes ao Estacionamento, além de tarifas de consumo de energia elétrica, água, lixo, e despesas condominiais de qualquer natureza.

- 9.2.5. Disponibilizar toda a infraestrutura de energia elétrica, água, esgoto, internet e telefonia banda larga (rede ADSL), entre outros itens necessários à Operação.
- 9.2.6. Disponibilizar áreas para instalações sanitárias, vestiário e refeitório para utilização dos empregados da CESSIONÁRIA, bem como atender a todas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (NR), de modo a garantir o cumprimento da legislação trabalhista em vigor.
- 9.2.7. Cumprir as determinações de Autoridades Governamentais, assim como a legislação ambiental, sanitária, de segurança e as demais aplicáveis às atividades da CEDENTE.
- 9.2.8. Administrar e solucionar problemas de interface do Estacionamento com outros elementos do Complexo Aeroportuário e terceiros, assim como com eventuais obras que serão realizadas pela CEDENTE.
- 9.2.9. Encaminhar às Autoridades Governamentais, inclusive o Poder Concedente, todas as solicitações da CESSIONÁRIA referentes ao Estacionamento.
- 9.2.10. Responder pelos vícios ou defeitos estruturais do Estacionamento, bem como tomar todas as providências necessárias para sanar todo e qualquer tipo de defeito ou irregularidade.
- 9.2.11. Fornecer à CESSIONÁRIA descrição minuciosa do Estacionamento, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes, conforme laudo de vistoria técnica.
- 9.2.12. Promover as obras referentes à infraestrutura básica do Estacionamento, da maneira mais ágil possível, observado regime de ajuste da Outorga conforme Cláusula Sexta.
- 9.2.13. Exceto definido na Cláusula Sexta, providenciar e arcar com todo e qualquer tipo de investimento no Estacionamento.
- 9.2.14. Cumprir todas as obrigações relativas à manutenção do Complexo Aeroportuário atinentes ao Estacionamento, com exceção dos encargos de manutenção da CESSIONÁRIA previstos no âmbito da Operação conforme item 7.1.
- 9.2.15. Não praticar e zelar para que seus prepostos não pratiquem quaisquer atos que possam, de qualquer maneira, comprometer o regular funcionamento do Estacionamento.
- 9.2.16. Em observância às Condições Suspensivas, submeter o presente Contrato ao seu Conselho de Administração e ao Poder Concedente.



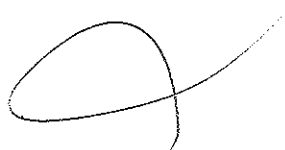
Página 15 de 24



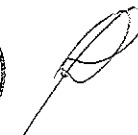
- 9.2.17. Disponibilizar todas as informações e documentos necessários para a obtenção e manutenção licenças de funcionamento do Estacionamento, sob pena de, não o fazendo, ou em qualquer caso de não obtenção ou não renovação do auto de licença de funcionamento do Estacionamento, arcar com todas as penalidades impostas, multas e responsabilidades imputadas à CESSIONÁRIA, observado ainda o regime de ajuste da Outorga conforme Cláusula Sexta.
- 9.2.18. Em caso de fiscalização do Estacionamento por qualquer Autoridade Governamental, a CEDENTE se obriga, desde já, a fornecer toda e qualquer informação e documentação necessárias à CESSIONÁRIA, no prazo estipulado, para que esta possa apresentar sua defesa.
- 9.2.19. Inserir na página inicial do site oficial do Aeroporto Internacional de Viracopos o sistema de Reserva de Vagas Online.

CLÁUSULA DÉCIMA – MATRIZ DE RISCO

- 10.1. A CEDENTE será inteiramente responsável pela execução do Contrato de Concessão e pelo cumprimento das obrigações nele previstas, bem como pelo cumprimento das obrigações posteriormente impostas pelo Poder Concedente, no âmbito do Contrato de Concessão.
- 10.2. A CESSIONÁRIA não será, em nenhuma hipótese, responsável por custos e encargos da CEDENTE decorrentes da sua relação com o Poder Concedente ou terceiros, independente de estas obrigações terem surgidos antes ou depois do Início da Operação.
- 10.3. Os riscos de cada uma das Partes na Cessão do Estacionamento estarão distribuídos de acordo com a seguinte matriz de riscos:
- 10.3.1. Riscos da CEDENTE:
- (i) quaisquer pagamentos devidos ao Poder Concedente, no âmbito do Contrato de Concessão;
 - (ii) todos os riscos estruturais e de solo inerentes à área cedida para o Estacionamento;
 - (iii) obras que afetem o Estacionamento, durante todo o prazo da Cessão, assegurado à CESSIONÁRIA o reequilíbrio econômico-financeiro quando impactada a Operação;
 - (iv) obrigações assumidas com financiamentos, emissão de títulos de dívidas ou realização de operação de dívidas de qualquer natureza para execução do Contrato de Concessão;
 - (v) obtenção, renovação, revisão ou adequações de toda e qualquer Aprovações Governamentais necessárias à execução do Contrato de Concessão, incluindo aquelas referentes ao Estacionamento;
 - (vi) contratação e manutenção em vigor de todos seguros previstos no Contrato de Concessão;



Página 16 de 24



- (vii) por reparos, correções, interrupções, suspensões, substituições ou quaisquer outras determinações do Poder Concedente;
- (viii) execução de novos investimentos ou serviços solicitados pelo Poder Concedente;
- (ix) manutenção preventiva e corretiva dos bens reversíveis previstos no Contrato de Concessão;
- (x) alterações nos encargos contratuais e da legislação vigente aplicável, garantido o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
- (xi) extinção ou rescisão antecipada do Contrato de Concessão.


10.3.2. Riscos da CESSIONÁRIA:

- (i) Operação do Estacionamento, nos termos do Anexo G;
- (ii) contratação e manutenção dos seguros de furto e responsabilidade civil relacionados à Operação do Estacionamento;
- (iii) quaisquer intimações, notificações ou exigências de autoridade pública competente que sejam de responsabilidade da CESSIONÁRIA, tomando as devidas providências; e
- (iv) disponibilização de informações estritamente necessárias ao cumprimento das obrigações impostas à CEDENTE pelo Poder Concedente.


10.4. A responsabilidade da CESSIONÁRIA não é extensiva à segurança de pessoas que circulam pela área de Estacionamento, fortuito externo, tampouco por lesões corporais causadas a pessoas em trânsito pela área de Estacionamento, exceto por ações causadas comprovadamente pelos seus prepostos.

10.5. Caso a CEDENTE seja compelida a efetuar qualquer pagamento (multas e outros) decorrente de violação pela CESSIONÁRIA das normas vigentes, em especial, mas não limitado àquelas expedidas por Agências Reguladoras, entre as quais: ANVISA, DEVISA, IBAMA, demais órgãos ambientais de âmbito estadual e municipal, Secretaria da Receita Federal, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e Estadual, ou ainda, qualquer outro órgão fiscalizador que exerça o poder de polícia, excetuados os casos que a violação decorra de ação ou omissão da CEDENTE e os previstos no item 9.2.3 e 9.2.3.1, desde que informada em até 5 (cinco) dias úteis de procedimento administrativo pertinente, a CESSIONÁRIA se compromete e obriga a ressarcir a CEDENTE de todos os custos incorridos, no prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento da notificação de cobrança por esta enviada. Caso a CESSIONÁRIA não efetue tal pagamento no prazo assinalado, responderá pelo pagamento da multa devidamente atualizada pela variação positiva do IGPM/FGV, acrescida de todos os demais custos suportados pela CEDENTE que decorram do auto de infração, além de multa moratória de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do débito, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata dies*, devidos até a liquidação da obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REAJUSTE



Página 17 de 24



- 11.1. Exceto quando disposto de forma diversa, os valores estabelecidos neste Contrato, referentes a Faixas de FB, serão reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE, ou índice que vier a substituí-lo.

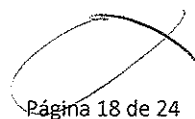
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO

- 12.1. A CEDENTE terá livre acesso ao Estacionamento a fim de vistoriar e/ou fiscalizar a Operação, desde que não interfira no curso normal das atividades da CESSIONÁRIA. A fiscalização será realizada em dias úteis, em horário comercial e as informações serão sempre limitadas ao escopo do presente Contrato.
- 12.2. As irregularidades constatadas pelas Autoridades Governamentais decorrentes de irregularidades praticadas pela CESSIONÁRIA ou por seus prepostos e que resultem na aplicação de multas e/ou penalidades serão imputadas à CESSIONÁRIA, desde que, comprovadamente, sejam de sua responsabilidade. Não serão imputadas à CESSIONÁRIA as multas ou penalidades decorrentes de irregularidades na infraestrutura do Estacionamento, desde que não sejam resultantes da ação da CESSIONÁRIA.
- 12.3. Sem prejuízo das demais obrigações expressamente previstas ao longo do presente Contrato, constituem obrigações da CESSIONÁRIA:
- 12.3.1. Facultar à CEDENTE o direito de examinar e vistoriar, a qualquer tempo, as suas dependências e/ou a área do Estacionamento, bem como examinar todos os documentos que direta ou indiretamente se relacionem com a operação do Estacionamento e respectiva contabilidade a ele referente, disponibilizando o controle diário de faturamento, sempre observado o previsto no item 7.2.3.
- 12.3.2. Fornecer à CEDENTE, sempre que solicitadas, todas as informações referentes a gestão e operação do Estacionamento, bem como todas as informações e esclarecimentos técnicos pertinentes.
- 12.3.3. Emitir, mediante solicitação da CEDENTE e nos termos e condições por ela estabelecidos, relatórios periódicos que deverão conter todas as informações que a CEDENTE considerar pertinentes à gestão e operação do Estacionamento incluindo, entre outras, informações relacionadas ao seu andamento e a eventuais irregularidades ocorridas no decorrer do prazo de vigência deste Contrato.

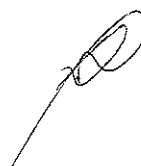
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CESSÃO, SUBCESSÃO E EMPRÉSTIMO

- 13.1. A CESSIONÁRIA não poderá ceder ou transferir o Contrato, parcial ou totalmente a terceiros, nem subceder ou emprestar o Estacionamento, no todo ou em parte, sem a autorização e anuência do CEDENTE, exceção feita às empresas integrantes do mesmo grupo econômico da CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESOLUÇÃO



Página 18 de 24



- 14.1. O presente Contrato poderá ser declarado antecipadamente resolvido nos seguintes casos:
- (i) a critério da CESSIONÁRIA, nos caso de anulação, extinção, caducidade, encampação ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão, consoante o disposto no artigo 35 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, caso não seja possível a CESSIONÁRIA se manter na Operação; e
 - (ii) por qualquer das Partes, em caso de decretação de falência de qualquer das Partes.
- 14.2. Em qualquer hipótese de extinção deste Contrato, ainda que diversa do disposto no item acima, a CESSIONÁRIA fará jus a receber o valor resultante da fórmula de ajuste da Outorga previstas na Cláusula Sexta, considerando a indisponibilidade total de Vagas, a ser pago em até 15 (quinze) dias úteis da data de extinção do Contrato.
- 14.3. A CESSIONÁRIA permanecerá na Operação até o efetivo pagamento dos valores previstos no item supra, não se aplicando o Aluguel Mensal a partir da data de extinção do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

- 15.1. Caso alguma das Partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações em razão de caso fortuito ou força maior, o Contrato permanecerá em vigor, ficando a obrigação afetada suspensa por tempo igual ao da duração do caso fortuito ou força maior e extensão dos seus efeitos.
- 15.2. Para os fins deste Contrato, consideram-se Caso Fortuito ou de Força Maior os eventos que, extraordinários, imprevisíveis, inevitáveis, irresistíveis e não imputáveis a qualquer das Partes, tenham impacto direto sobre o desenvolvimento das atividades objeto do Contrato de Concessão, que deverão ser comunicados por escrito à outra Parte no prazo de até 15 (quinze) dias da sua ocorrência, e devidamente comprovados por fiscalização da Parte notificada.
- 15.3. Não se considera caso fortuito ou de força maior inadimplemento do Contrato de Concessão pela CEDENTE, qualquer que seja a causa de tal descumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONFIDENCIALIDADE

- 16.1. É vedado a qualquer das Partes divulgar, intencionalmente ou não, a terceiros, bem como utilizar para fins estranhos ao objeto do presente Contrato, informações confidenciais que tenham acesso ou venham a receber em virtude deste Contrato, reconhecendo as Partes que as informações comerciais e técnicas que vierem a ser liberadas entre elas em decorrência do presente Contrato constituem segredos inerentes às atividades e, portanto, concordam em preservar e proteger o valor de tais informações, mediante a estrita observância das obrigações estabelecidas adiante, sendo certo, ainda, que o descumprimento do compromisso de confidencialidade.

- 16.2. Qualquer divulgação das informações relativas a este Contrato somente poderá ser realizada mediante aprovação e autorização expressa da outra Parte.
- 16.3. As Partes somente poderão usar as informações relacionadas, decorrentes ou abrangidas pelo presente Contrato estritamente para cumprimento de seus objetivos, devendo assim restringir o acesso a tais informações para seus representantes e terceiros que delas tenham necessidade e desde que a revelação a estes seja expressa e previamente autorizada por ambas as Partes.
- 16.4. Para fins do disposto neste Contrato serão consideradas informações confidenciais aquelas de propriedade de cada uma das Partes, incluindo quaisquer pessoas ou entidades que as controlem, sejam por elas controladas ou que estejam sob o mesmo controle de tal Parte (referidas em conjunto como "Afiliadas"), todas e quaisquer informações, quer de natureza comercial, financeira, técnica, tecnológica, estratégica, legal ou qualquer outra, que tal Parte e Afiliadas (a "Parte Reveladora") revele, forneça ou comunique, seja verbalmente ou por escrito, em forma eletrônica, textos, projetos, plantas, programas de computador ou qualquer outra forma, à outra Parte e Afiliada de tal outra Parte (a "Parte Receptora"), ou que de outra forma sejam obtidas pela Parte Receptora durante a vigência do presente Contrato.
- 16.5. Na hipótese de quaisquer informações confidenciais virem a ser incorporadas ou refletidas em qualquer documento gerado separadamente ou em conjunto pelas Partes, referido documento será considerado confidencial e como tal será classificado, sujeitando-se, portanto, aos termos desta cláusula.
- 16.6. A qualquer tempo durante a vigência deste Contrato, qualquer das Partes poderá, independentemente de justificativa, solicitar à Parte receptora a devolução, no todo ou em parte, de qualquer documento confidencial, obrigando-se a outra Parte a entregá-lo prontamente e, operando-se a rescisão do presente Contrato, cada uma das Partes compromete-se, independentemente de solicitação, a proceder à pertinente devolução de todos os documentos confidenciais em seu poder.
- 16.7. As Partes comprometem-se, até 5 (cinco) anos após o término por qualquer motivo deste Contrato, a manter sigilo e estrita confidencialidade, bem como a não divulgar a terceiros sob qualquer forma, as informações trocadas entre as Partes ou as informações geradas durante a realização das atividades comerciais, exceto naquilo que for parte da interface com empresas, entidades, instituições ou órgãos oficiais de controle, que devam ser de algum modo consultado, acionado ou atendido, para o cumprimento das obrigações previstas no presente Contrato.
- 16.8. A obrigação de não revelar informações a terceiros estende-se aos empregados e demais pessoas que mantenham relação comercial, trabalhista ou outra qualquer, com as Partes.
- 16.9. A divulgação de informações confidenciais, por qualquer das Partes, quando expressamente requerida por autoridades judiciais ou por qualquer outra autoridade

competente, ou quando se tornar de conhecimento público sem culpa da Parte, não caracterizará descumprimento ao dever de confidencialidade e de sigilo, devendo a outra Parte ser ela informada para eventuais providências.

- 16.10. As Partes deverão destruir ou devolver ou à outra Parte todas as Informações Confidenciais imediatamente quando solicitadas, em qualquer ocasião, e em qualquer hipótese, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o vencimento ou rescisão deste Contrato.
- 16.11. O descumprimento desta cláusula sujeitará a Parte infratora às penalidades previstas neste Contrato, bem como à reparação de eventuais perdas e danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – COMUNICAÇÃO

- 17.1. Qualquer aviso, instrução ou outra comunicação exigidos ou permitidos nos termos deste Contrato serão dados por escrito através de entrega em mãos, serviço de entrega rápida ou por correspondência registrada, com recibo de entrega, postagem paga antecipadamente, endereçados à Parte que receber os mesmos em seus respectivos domicílios, conforme disposto abaixo, ou a outro endereço conforme tal Parte possa designar através de aviso às demais Partes.

- 17.2. Se para CEDENTE:

Carlos Alberto Fonseca – Gerente Comercial de Contratos

Tel. (19) 3725-5380 cel. (19) 99938-1194

e-mail – carlos.fonseca@viracopos.com

Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/nº, Prédio Administrativo (PA), CEP: 13052-900 - Campinas/SP.

- 17.3. Se para CESSIONÁRIA:

Fernando Zillo – Diretor

Murillo Cerqueira – Diretor


Tel. (11) 2161-8054

e-mails – fernando.zillo@estapar e murillo.cerqueira@estapar.com.br

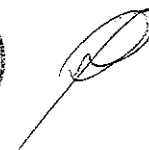
Av. Juscelino Kubitschek, 1830 – Bloco 3 – 3º andar, CEP: 04543-900 - São Paulo/SP

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA

- 18.1. As Partes expressamente concordam que seus respectivos representantes legais, empregados e/ou prestadores de serviços, prestarão serviços independentemente e não estão sujeitos à exclusividade, habitualidade, dependência econômica ou à subordinação da outra Parte.
- 18.2. Cada uma das Partes assume a total e exclusiva responsabilidade pelo cumprimento do presente Contrato, bem como pela assunção de todos os encargos sociais, trabalhistas, assistenciais, previdenciários, acidentários, fiscais, sem qualquer exceção, reconhecendo



Página 21 de 24



conformidade com referidas normas e por meio do compromisso e da garantia mencionada aqui (conjuntamente denominadas "Obrigações Anticorrupção").

- 21.3. As Partes deverão informar imediatamente, por escrito, a outra Parte, detalhes de qualquer violação relativa às Obrigações Anticorrupção que eventualmente venha a ocorrer ou tomar conhecimento da possibilidade de ter ocorrido. Esta é uma obrigação permanente e deverá perdurar até o término do presente Contrato e mesmo após o seu encerramento, se posteriormente descoberto fato dessa natureza.
- 21.4. As Partes devem: (a) sempre cumprir estritamente as Obrigações Anticorrupção; (b) monitorar seus colaboradores, agentes e pessoas ou entidades que estejam agindo por sua conta ou em seu nome, direta ou indiretamente, para garantir o cumprimento das Obrigações Anticorrupção; e (c) deixar claro em todas as suas transações em seu nome que a outra Parte exige cumprimento às Obrigações Anticorrupção, zelando por posturas de integridade e retidão nos seus negócios.


CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. A CEDENTE se compromete a não contratar, em nenhuma hipótese, qualquer dos colaboradores da CESSIONÁRIA que foram envolvidos, mesmo que de forma temporária ou transitória, na prestação de serviços no Estacionamento, nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à extinção do contrato de trabalho, sob pena do pagamento de multa pelo CEDENTE à CESSIONÁRIA fixada desde já em 18 (dezoito) vezes o valor bruto do último salário pago ao colaborador em questão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o descumprimento da obrigação aqui prevista.
- 22.2. Qualquer omissão ou tolerância das Partes referente ao descumprimento contratual pela outra Parte, bem como, a demora no exercício de qualquer direito ou faculdade, não importará em renovação, alteração ou renúncia dos direitos contratados, sendo que as disposições contratuais permanecerão válidas e em pleno vigor.
- 22.3. A alteração de quaisquer das cláusulas deste Contrato somente será válida mediante a anuência, por escrito, de ambas as Partes.
- 22.4. O presente Contrato será regido e interpretado estritamente nos termos da legislação brasileira.

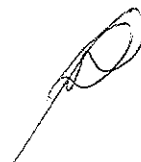
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – ELEIÇÃO DE FORO

Fica eleito o foro da comarca de Campinas/SP, como competente para apreciar todas as questões decorrentes deste Contrato.

E, por estarem justas e convencionadas, as Partes assinam o presente instrumento, impresso em 3 (três) vias de igual teor e forma, diante das 2(duas) testemunhas abaixo a tudo presentes.



Página 23 de 24



que o presente Contrato não gera entre as Partes qualquer vínculo de natureza empregatícia ou subordinação à Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUCESSÃO

- 19.1. Este Contrato obriga, em todos os seus termos, a CEDENTE e a CESSIONÁRIA, bem como seus sucessores, a qualquer título.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SINALIZAÇÃO e MARCA

- 20.1. É facultada à CESSIONÁRIA, já autorizados pela CEDENTE, a instalação junto ao Estacionamento de dísticos, sinalização e comunicação visual de sua marca ESTAPAR e conveniadas e parceiras da CESSIONÁRIA, desde que não contrariem as normas dos poderes públicos e o contrato de mídia celebrado pela Cedente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – COMPROMISSOS ANTI-CORRUPÇÃO

- 21.1. As Partes, bem como seus conselheiros, diretores, colaboradores, agentes ou qualquer pessoa agindo em seu nome, direta ou indiretamente, ou das pessoas anteriormente especificadas não pode:
- (i) ter utilizado ou utilizar recursos da sua companhia para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política;
 - (ii) ter realizado ou realizar ação destinada a facilitar uma oferta, troca de favores, pagamentos ou promessas ilegais de pagar ou concessão de qualquer vantagem indevida, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro benefício indevido ou bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer “oficial do governo” (incluindo qualquer agente, oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável;
 - (iii) ter realizado ou realizar qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole qualquer lei aplicável; e
 - (iv) ter realizado ou realizar um ato de corrupção, pago propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciado o pagamento de qualquer valor indevido.
- 21.2. As Partes devem conduzir seus negócios em conformidade com a legislação anticorrupção aplicável às quais esta sujeita, bem como instruir, manter e continuar a manter políticas e procedimentos de integridade elaborados para garantir a contínua

São Paulo, 08 de novembro de 2016.


AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A.

Roberto Eguieiro de Guimarães
Diretor Administrativo Financeiro
Aeroportos Brasil Viracopos S.A.


Gustavo Müssnich
Diretor - Presidente
Aeroportos Brasil Viracopos S.A.


ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Murillo C. A. Cerqueira

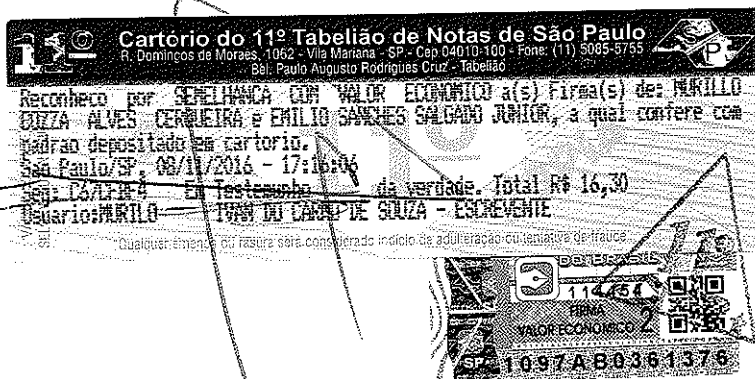
Emílio S. Salgado Jr.

Testemunhas:


Nome: Anderson Pinheiro
CPF: 247.319.028-35


Nome: JOSE ROBERTO S. BORGES
CPF: 061.892.025-00

[Esta página de assinaturas é parte integrante do Contrato de Cessão de Uso de Áreas de Estacionamento em Aeroporto, celebrado em 08 de novembro de 2016, entre AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A. e ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.]





Anexo II - depósito de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)
feito pela Estapar em favor de VCP

TEFs Recebidas

Agência/conta: 0910/15286-7 CNPJ: 14.522.178/0001-07 Empresa: AEROPORTOS BR VIRACOPOS S A

Período da consulta 27/12/2016 a 27/12/2016
CPF/CNPJ Remetente Todos

Data de recebimento	Ag./Conta Remetente	Nome do Remetente	CPF/CNPJ do Remetente	Canal	Valor (R\$)
27/12/2016	8577/0001619-2	ALLPARK EMP PART SERVICOS S/A	60.537.263/0108-03	SISPAG	80.000.000,00

Dúvidas, sugestões e reclamações, se necessário, utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h, ou o Fale Conosco (www.itaui.com.br). Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala 0800 722 1722, disponível 24hs todos os dias.

Extrato de Conta

Nome do Banco	CITIBANK	
Número/Nome do Cliente	103309	AEROPORTOS BRASIL
Número/Nome da Agência	076	BRAZIL CITIBANK
Número / Nome da Conta	0103309018	AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS SA
Número IBAN	BR1633479023000010032938888C1	
Moeda / Tipo de Conta	BRL	Conta Corrente
Período do Extrato	27/12/2016	

Balanço de Abertura de Razão	Valor Total do Crédito	Valor Total de Débito	Saldo Total	Limite ADV	Limite ADV Utilizado	Saldo Disponível
2.447.571,95	81.522.955,76	2.447.571,95	81.522.955,76	0,00		81.522.955,76

Saldo Disponível	Saldo Sweep	Saldo Não Coletado/em Compensação	Saldo de Bloqueio Judicial
81.522.955,76	0,00	0,00	

Período de Entrada	Data	Referência do Cliente	Referência do Banco	Descrição da Transação	A Pedido De / Beneficiário	Valor da Transação
27/12/2016	27/12/2016	AEROPORTOS BR VI	0008495742	TED STR RECEBIDO		80.000.000,00
27/12/2016	27/12/2016	AEROPORTOS BR VI	0008486902	TED RECEBIDO		663.479,26
27/12/2016	27/12/2016	AEROPORTOS BRASI	0008486321	TED RECEBIDO		316.255,69
27/12/2016	27/12/2016	ITAU UNIBANCO	0003410000	CRED.ARRECADACAO		283.519,14
27/12/2016	27/12/2016	AEROPORTOS BRASI	0008492440	TED RECEBIDO		237.774,18
27/12/2016	27/12/2016	AEROPORTOS BRASI	0008493440	TED STR RECEBIDO		21.927,49
27/12/2016	27/12/2016	NONREF		TRANS ENTRE CTAS		2.447.571,95-

= Indica Saldos Calculados

Extrato de Conta

CRITÉRIO DE SELEÇÃO

Agência	076	BRAZIL CITIBANK
Número da Conta	0103309018	AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS SA
Período do Extrato	27/12/2016 até 27/12/2016	
Moeda da Conta	BRL	BRAZILIAN REAL
Cheques	Inclui Cheques	
Quebra de Página	Não	
Classificado por	Valor da Transação	Descendente
Somente Atividade	Sim	
Usuário	ANGÉLICA	ANDRADE
Compartilhar	Público	
Formato	Adobe (PDF)	
Favorito	Não	

Posição de Carteira C



Carteira: 32938985 - ABVSA - CONTA OUTORGA

CNPJ: 14.522.178/0001-07

Cód. ISIN: 0

Administrador: BANCO CITIBANK S/A

Tipo Carteira: Carteira Administrada

Gestor: VIRACOPOS

Cód. SELIC:
Cód. CBLC CC/CCDI: 0/0

Cód. CETIP:
Cód. BMF CC/CCDI: 0/0

Cód. ANBIMA:

Cód. Invest News:

Posição em: 28/12/2016 Qua

Emissão: 29/12/2016 12:26:18

Cotas de Fundos

Tipo de Fundo									IR/IOF	
Administrador									Valor Líquido	%PL
CNPJ	Título	Cód. ISIN	Dt Aplic	PU Mercado	Quantidade	Quantidade Bloq	Valor Atual Bruto			
Cotas de Fundos de Renda Fixa							148.329.474,95		148.139.205,16	217,61
CITIBANK DTVM S/A									0,00	
10.565.506/0001-00	CASH BLUE121	BRBLU9CTF005	27/05/2015	2,06620575	2,60880	0,00000	5,39		5,39	0,00
CITIBANK DTVM S/A									190.269,79	
10.565.542/0001-65	CASHGREE121	BRGRN5CTF001	17/02/2016	2,063409	71.885.636,5962	0,00000	148.329.469,56		148.139.199,77	217,61
Total de Cotas de Fundos:				71.885.639,20507		0,00000	148.329.474,95		148.139.205,16	217,61

Caixa

Grupo	Título	Valor	%PL
1.02.01 - DEPOSITOS A VISTA		-80.062.271,93	0,00
	C/C	-80.062.271,93	-117,61
	CCDI	0,00	0,00
Total de Caixa:		-80.062.271,93	0,00

Rentabilidades

Data	Número de Cotas	Patrimônio Líquido	Valor da Cota	Var. Dia	Benchmark	%Benchmark
28/12/2016	0,00000000	68.076.933,23	0,00000000	0,0000		
27/12/2016	0,00000000	68.050.849,00	0,00000000	0,0000		
26/12/2016	0,00000000	68.024.567,30	0,00000000	0,0000		
23/12/2016	0,00000000	67.995.586,77	0,00000000	0,0000		

Movimentação de Cotistas no Dia

Total de Aplicação	Total de Resgate	Captação	Conversão de Cotas na Aplicação	Conversão de Cotas no Resgate
0,00	0,00	0,00	D+0	D+0



Anexo III - comunicação à ANAC sobre o Contrato

À

Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos – SRA da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC

Superintendente de Regulação Econômica de Aeroportos - Sra. Clarissa Costa de Barros

Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C

Ed. Parque da Cidade Corporate – Torre A

CEP 70308-200 – Brasília/DF

V/ Ref ^o	Data	N/ Ref ^o	N/ Proc ^o	Data
		PRE-16/290	---	10/11/2016

Ref.: Contrato de Cessão de uso de áreas de estacionamentos em Viracopos.



Prezada Senhora,

Vimos perante Vossa Senhoria apresentar na forma do item 3.1.30 do Contrato de Concessão, o Contrato de cessão de uso de áreas de estacionamentos celebrado entre VIRACOPOS e ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A., conforme extrato a seguir:

Tipo: Contrato de Cessão de uso de áreas de estacionamentos em aeroportos.

CEDENTE: Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

CESSIONÁRIA: ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Objeto: Cessão de Áreas de Estacionamento do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado no Município de Campinas, com, no mínimo, 4.774 (quatro mil setecentos e setenta e quatro) vagas, para exploração comercial pela CESSIONÁRIA.

Outorga e Investimentos: Pela Cessão, a CESSIONÁRIA pagará a CEDENTE a Outorga estipulada em **R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)**, em única parcela paga em até 05 (cinco) dias após a superação das Condições Suspensivas, bem como promoverá Investimentos para as benfeitorias constantes na Carta Convite, em imóvel de terceiro (Estacionamento), limitados ao valor de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**.

Remuneração: Será pago de acordo com a somatória do resultado do valor e dos percentuais calculados sobre as faixas do Faturamento Bruto (FB) mensal, conforme segue:

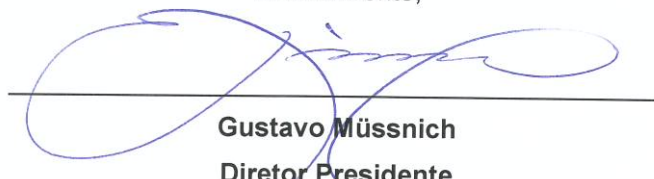
Faixa Faturamento Bruto (FB)

Aluguel sobre a faixa do FB

- 1ª. Até FB de R\$2.178.020,35 (dois milhões, cento e setenta e oito mil, vinte reais e trinta e cinco centavos) mensais. R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
- 2ª. Da diferença de FB de R\$2.178.020,35 (dois milhões, cento e setenta e oito mil, vinte reais e trinta e cinco centavos) a R\$2.412.500,00 (dois milhões, quatrocentos e doze mil e quinhentos reais) mensais. 75,00% (setenta e cinco por cento)
- 3ª. Da diferença de FB de R\$2.412.500,00 (dois milhões, quatrocentos e doze mil e quinhentos reais) a R\$2.701.574,29 (dois milhões, setecentos e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos) mensais. 77,50% (setenta e sete e meio por cento)
- 4ª. Da diferença acima de FB de R\$2.701.574,29 (dois milhões, setecentos e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos) mensais. 80,00% (oitenta por cento)

Por fim, e em atendimento a Cláusula 3.1.1 do Contrato acima referido, esta Concessionária apresenta o contrato celebrado, para manifestação desta D. Agência, caso entenda necessário.

Cordialmente,



Gustavo Müssnich
Diretor Presidente
Aeroportos Brasil Viracopos S.A.



Anexo IV - aprovação do Contrato pelo Conselho de Administração de VCP

Odebrecht Ambiental Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.014.214/0001-45 – NIRE 35.300.471.547

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: Realizada no dia 08/12/2016, às 09:30 horas, na sede da Companhia, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, São Paulo-SP. **Presença:** Newton Sergio de Souza, Daniel Bezerra Villar, André Amaro da Silveira, Ticiana Vaz Sampaio Marianetti, Joaquim Lima de Oliveira e Nelson Antonio de Souza. **Mesa:** Newton Sergio de Souza – Presidente; Lilian de Castro Peixoto – Secretária. **Ordem do Dia: I) Matérias para Deliberação:** O Conselho de Administração deliberou, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovar a definição dos seguintes limites de delegação à Diretoria da Companhia e da Odebrecht Ambiental S.A, controlada direta da Companhia, para o exercício de 2017, nos termos da PD.CA-OAP 21/16: **(a)** Concessão de Garantias da Companhia às suas controladas, inclusive, mas não limitado a, penhor de ações, alienação fiduciária de ações, aval e fiança, e contrato de suporte dos acionistas (“ESA”) contendo obrigações de aporte e/ou concessão de mútuos (Artigo 19, alínea “I”); **(a1)** limite por operação de R\$ 150 milhões e global anual de R\$ 400 milhões, desde que não solidárias com obrigações de outros sócios; e **(a2)** para fins do disposto no referido Artigo 19, alínea “I”, fica também autorizada à Diretoria da Odebrecht Ambiental S.A. a prestação de garantias à Companhia no âmbito de financiamentos corporativos, respeitados os limites e condições previstos neste item (a1); **(b)** Contratação de Empréstimos e Financiamentos (Artigo 19, alínea “n”); **(b1)** para operações Corporativas: limite por operação de R\$ 150 milhões e limite global anual de R\$ 400 milhões; **(c)** investimentos em expansão de capacidade e equipamentos de grande porte para a prestação de serviços (Artigo 19, alínea “s”); **(c1)** limite por operação de R\$ 150 milhões e limite global anual de R\$ 400 milhões; **(c2)** fica definido que os gastos classificados contabilmente como “investimentos”, mas realizados dentro do curso normal das operações das controladas da Companhia, conforme previsto no PA do LE-Odebrecht Ambiental, estão delegados à gestão e aprovação da Diretoria; e **(c3)** conforme artigo 19, alínea “h” do Estatuto Social, ficam excluídas deste limite, e devem ter aprovação específica do Conselho de Administração da Companhia, independentemente do montante, a aquisição de participações em outras sociedades; **(d)** para alienação de ativos, a exemplo de equipamentos, terrenos e edificações (Artigo 19, alínea “r”); **(d1)** limite de R\$ 50 milhões por operação, com limite global anual de R\$ 150 milhões; e **(d2)** conforme artigo 19, alínea “i” do Estatuto Social ficam excluídas deste limite, e devem ter aprovação específica do Conselho de Administração da Companhia, independentemente do montante, a alienação de participações em outras sociedades; e **(e)** Contratação de Empréstimos com Instituições não Financeiras (Artigo 31, alínea “a”), para fins do disposto no Artigo 31, alínea “a”, do Estatuto Social da Companhia, fica autorizada à Diretoria contrair empréstimos com a Finep – Inovação e Pesquisa para fins de financiamento de projetos relacionados ao desenvolvimento tecnológico e inovação e com as demais instituições de fomento que não sejam bancos até o limite anual global de R\$ 150 milhões. Fica definido que os limites de delegação à Diretoria aprovados no item “a” acima serão aplicáveis conjuntamente e compartilhados com a Diretoria da Odebrecht Ambiental S.A. **II) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo/SP, 08/12/2016. Assinaturas: Mesa: Newton Sergio de Souza – Presidente; Lilian de Castro Peixoto – Secretária. Conselheiros: Newton Sergio de Souza, Daniel Bezerra Villar, André Amaro da Silveira, Ticiana Vaz Sampaio Marianetti, Joaquim Lima de Oliveira e Nelson Antonio de Souza. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 4.889/17-4 em 12/01/2017. Flávia Regina Britto Gonçalves – Secretária Geral.

Odebrecht Ambiental S.A.

CNPJ/MF nº 09.437.097/0001-79 – NIRE 35.300.358.775

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, hora e local: Em 08/12/2016, às 11h00, na sede da Companhia, localizada na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, Butantã, São Paulo-SP. **Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **Presenças:** Acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Lilian de Castro Peixoto, *Presidente*; e Paula Godinho da Silva Lacava, *Secretária*. **Ordem do dia:** Dispensada a leitura pela acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, após apresentação das matérias, a acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia tomou conhecimento da aprovação em Reunião do Conselho de Administração (“CA”) da Odebrecht Ambiental Participações S.A. (“OAP”), realizada em 08/12/2016, da PD.CA-OAP 21/16 – Definição dos Limites de Delegação da Diretoria da Odebrecht Ambiental Participações S.A. e da Companhia, e, sem quaisquer restrições, resolve: 1) aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76; e 2) formalizar, no âmbito da Companhia e nos termos aprovados pelo CA da OAP, a definição dos seguintes limites de delegação à Diretoria da Companhia, para o exercício de 2017: **(a)** Concessão de Garantias da Companhia às suas controladas e a sua controladora OAP, inclusive, mas não limitado a, penhor de ações, alienação fiduciária de ações, aval e fiança, e contrato de suporte dos acionistas (“ESA”) contendo obrigações de aporte e/ou concessão de mútuos: **(a1)** limite por operação de R\$ 150 milhões e global anual de R\$ 400 milhões, desde que não solidárias com obrigações de outros sócios; e **(a2)** prestação de garantias à Companhia no âmbito de financiamentos corporativos, respeitados os limites e condições previstos neste item (a1); **(b)** Contratação de Empréstimos e Financiamentos: **(b1)** para operações Corporativas: limite por operação de R\$ 150 milhões e limite global anual de R\$ 400 milhões; **(c)** investimentos em expansão de capacidade e equipamentos de grande porte para a prestação de serviços: **(c1)** limite por operação de R\$ 150 milhões e limite global anual de R\$ 400 milhões; **(c2)** fica definido que os gastos classificados contabilmente como “investimentos”, mas realizados dentro do curso normal das operações das controladas da Companhia, conforme previsto no PA do LE-Odebrecht Ambiental, estão delegados à gestão e aprovação da Diretoria; e **(c3)** conforme artigo 19, alínea “h” do Estatuto Social da OAP, ficam excluídas deste limite, e devem ter aprovação específica do Conselho de Administração da OAP, independentemente do montante, a aquisição de participações em outras sociedades; **(d)** para alienação de ativos, a exemplo de equipamentos, terrenos e edificações: **(d1)** limite de R\$ 50 milhões por operação, com limite global anual de R\$ 150 milhões; e **(d2)** ficam excluídas deste limite, e devem ter aprovação específica do Conselho de Administração da OAP, independentemente do montante, a alienação de participações em outras sociedades; e **(e)** Contratação de Empréstimos com Instituições não Financeiras, fica autorizada à Diretoria contrair empréstimos com a Finep – Inovação e Pesquisa para fins de financiamento de projetos relacionados ao desenvolvimento tecnológico e inovação e com as demais instituições de fomento que não sejam bancos até o limite anual global de R\$ 150 milhões. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 08/12/2016. **Mesa:** Assinaturas: Lilian de Castro Peixoto, *Presidente*; e Paula Godinho da Silva Lacava, *Secretária*. **Acionista:** Odebrecht Ambiental Participações S.A. (representada por Lilian de Castro Peixoto e Sergio Garrido de Barros). Certifico e dou fé que a presente Ata é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Paula Godinho da Silva Lacava – *Secretária*. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 1.197/17-4 em 04/01/2017. Flávia Regina Britto Gonçalves – Secretária Geral.

GV HOLDING S.A.

CNPJ Nº 59.981.829/0001-65- NIRE 35.300.005.007

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração

Data 19.10.2016. Local São José do Rio Preto. A totalidade dos membros do conselho da *GV HOLDING S.A.*, sede em São José do Rio Preto-SP, na Avenida Bady Bassitt, nº 4717, Vila Imperial, CEP 15.015-700, **DELIBERAM** sobre a obtenção da autorização do Conselho de Administração para a Diretoria prestar fianças, avais e outras garantias, para suas controladas, coligadas e subsidiárias, no valor equivalente a até R\$100.000.000,00. Mesa: Waldemar Verdi Junior – Presidente; Marcio Anisio Haddad – Secretário. Registrada na Jucesp sob nº 503.524/16-5, em sessão de 29/11/2016.

Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.

NIRE 35.300.368.045 | CNPJ/MF nº 61.082.426/0002-07

Ata da Assembleia Geral de Extraordinária realizada em 05 de janeiro de 2017

1.Data, Horário e Local: Realizada aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro de 2017, às 10:00 horas, na sede social da Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (“*Companhia*”), localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Ceci, 282, módulo 1, Centro Empresarial Tamboré, Tamboré, CEP 06460-120. **2.Convocação e Presença:** Presente a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, ficando dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor (a “*Lei das Sociedades por Ações*”), conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Juliana Aguinaga Damião Salem, que convidou a mim, Luciana Machado Fraga Mello, para secretariá-la. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a ratificação da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações, datado de 22 de dezembro de 2016, entre a Companhia, Hypermarcas S.A. e Hygienic Disposables Brazil Participações Ltda. (“*Ontex Brazil*”), com intervenção de Active Indústria de Cosméticos S.A. (“*Active*”) e Falcon Distribuidora, Armazenamento e Transportes S.A. (o “*Contrato*”); (ii) a outorga de procuração pela Companhia à Active e à Ontex Brazil, com prazo de 5 (cinco) anos; e (iii) a autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas pela acionista da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia e dado início à discussão das matérias indicadas na ordem do dia, a acionista deliberou o quanto segue: (i) aprovar a lavratura da Ata desta Assembleia na forma de sumário, nos termos do Art. 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações; (ii) ratificar a celebração do Contrato pela Companhia; (iii) aprovar a outorga de procuração pela Companhia à Active e à Ontex Brazil, com prazo de 5 (cinco) anos, referente à regularização fundiária dos imóveis localizados na Cidade de Senador Canedo, Estado de Goiás, conforme descritos nas matrículas nºs. 31.482, 12.524 e 18.978 do Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Civil e das Pessoas Jurídicas da Comarca de Senador Canedo, no âmbito das operações contempladas no Contrato; e (iv) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas pela acionista da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Presidente da Mesa:** Juliana Aguinaga Damião Salem. **Secretária:** Luciana Machado Fraga Mello. **Acionista presente:** Hypermarcas S.A., representada por seu Diretor Executivo Financeiro (CFO), Sr. Martim Prado Mattos, e por seu Diretor Tributário, Sr. Armando Luis Ferreira. Barueri, 05 de janeiro de 2017. Confere com a original, lavrada em livro próprio. Juliana Aguinaga Damião Salem – Presidente; Luciana Machado Fraga Mello – Secretária. JUCESP nº 40.849/17-0 em 18/01/2017. Flavia R. Britto – Secretária Geral

Enex Comercializadora de Energia Ltda.

CNPJ/MF nº 12.458.962/0001-78 - NIRE 353224673571

Ata de Reunião de Sócios

1. Data, Local e Hora: Aos 6/01/2017, às 09 horas, na sede social da **Enex Comercializadora de Energia Ltda.**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede no Município de São Paulo/SP, na Avenida Pedroso de Moraes, nº 433, 9º andar, sala 51, Pinheiros, CEP 05419-000, (“Sociedade”). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 1.072, § 2º, da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 (“Código Civil”), tendo em vista a presença dos sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, a saber, **Johann Albert Ramcke Neto**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, RG nº M-8.789.161 - SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 090.196.998-22, residente e domiciliado na cidade de Itupeva, no Estado de São Paulo, na Alameda das Primaveras, 308, Parque dos Cafezais IV, CEP 13295-000; **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Johann Albert Ramcke Neto, que escolheu a Sra. Regiane Nichimura da Silva para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar acerca da redução do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, II, da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 (“Código Civil”), por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Sociedade, em R\$ 4.493.000,00, mediante o cancelamento de 4.493.000 quotas no valor nominal de R\$1,00 cada uma, todas de titularidade do sócio **Johann Albert Ramcke Neto**, acima qualificado. **5. Deliberações:** Após análise e discussão, os sócios deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: **5.1** Aprovar a redução do capital social da Sociedade dos atuais R\$8.493.000,00 para R\$4.000.000,00, dividido em 4.000.000 de quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios: **Sócio - Quotas - Valor - Participação:** Johann Albert Ramcke Neto - 4.000.000 - R\$4.000.000,00 - 100%. **Total - 4.000.000 - R\$4.000.000,00 - 100%.** **5.2** A título de restituição de capital em virtude da redução ora aprovada, e após transcorrido o prazo previsto no item 5.3 abaixo, será entregue ao sócio **Johann Albert Ramcke Neto**, em dinheiro e via transferência bancária, o montante total de R\$ 4.493.000,00. **5.3** A Sociedade observará o prazo de 90 dias previsto no artigo 1.084, §1º, do Código Civil, para oposição de credores mediante publicação de extrato da presente ata de reunião de sócios no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em jornal de grande circulação. **5.4** Decorrido o prazo de 90 dias para oposição de credores acima mencionado, e após o registro da presente ata e da correspondente Alteração do Contrato Social da Sociedade refletindo a redução de capital social perante a JUCESP, a redução de capital deliberada nos termos do item 5.1 acima tornar-se-á eficaz e a transferência do valor total a ser restituído ao sócio **Johann Albert Ramcke Neto** será concretizada. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, aprovada e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Sr. Johann Albert Ramcke Neto - Presidente; Sra. Regiane Nichimura da Silva - Secretária. São Paulo, 6/01/2017. **Mesa: Johann Albert Ramcke Neto** - Presidente; **Sra. Regiane Nichimura da Silva** - Secretária. Sócio: **Johann Albert Ramcke Neto**.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

CNPJ/MF nº 14.522.178/0001-07 – NIRE 35.300.413.962

Ata da Reunião do Conselho de Administração em 21/12/2016

1. Data, Hora e Local: Realizada ao 21/12/2016, com início às 16h00, por meio eletrônico. **2. Presença:** Ordinariamente e regularmente convocados, compareceram os membros do Conselho de Administração (“Conselho”) da Companhia, que ao final assinam a presente ata de reunião, participando da reunião física e remotamente, nos termos do Estatuto Social. O Conselheiro Eduardo de Freitas Teixeira está representado pelo Conselheiro João Eduardo Cerdeira de Santana, por meio de procuração outorgada e anexada a presente ata. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Conselheiro da Companhia, Dr. Carlo Alberto Bottarelli e secretariados por Alexandre Ramos – Secretário. Conselheiros Presentes: (i) Carlo Alberto Bottarelli; (ii) Eduardo de Freitas Teixeira; (iii) Francis Brangier; (iv) João Eduardo Cerdeira de Santana; (v) Luiz Alberto Küster; (vi) Antônio Claret de Oliveira; (vii) Ivan Oliveira Souto, (viii) Rafael José Botelho Faria. **Confere com a original lavrado em livro próprio. Alexandre Ramos** – Secretário OAB/SP nº 188.415. JUCESP – Registrado sob o nº 49.003/17-3 em 20/01/2017. Flávia Regina Britto Gonçalves – Secretária Geral.

Automatos Participações S.A.

CNPJ Nº 06.177.147/0001-38 - NIRE 35.3.00371399

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 27 de dezembro de 2016

(1) Data, Hora e Local: Aos 27 dias de dezembro de 2016, às 10 horas, na sede da Automatos Participações S.A. (“Companhia”), na Rua Tupi, nº 280, Higienópolis, CEP 01.230-000, São Paulo, SP. **(2) Convocação:** Todos os acionistas foram devidamente convocados na forma do artigo 124 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), mediante publicação no Jornal Monitor Mercantil São Paulo e no Diário Oficial do Estado de São Paulo nos dias 17, 20 e 21 de dezembro de 2016. **(3) Presença:** Ideiasventures Participações S.A., única acionista presente, representando 99,36% (noventa e nove vírgula trinta e seis por cento) do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **(4) Mesa:** Assumiu a presidência o Sr. Leandro Henrique Alves da Silva, que nomeou a mim, Allisson Gomes de Azevedo, para secretariá-lo. **(5) Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a cessão da propriedade do *software* de gestão de serviços *Automatos Service Management* – “ASM”, juntamente com a carteira de clientes relativa ao *software*, mantida pela Automatos Ltda., para a IT2M Tecnologia da Informação Ltda. – ME, como parte da execução do plano de negócios da Companhia que visa reduzir os elevados prejuízos operacionais gerados nos últimos anos por meio do gradativo encerramento de suas atividades, e (ii) a homologação da destituição da diretora Sra. Mirian Ferreira dos Santos Mariano com efeitos desde 05 de dezembro de 2016. **(6) Deliberações:** (i) Após análise dos termos e condições envolvidos na operação, foi aprovada a cessão da propriedade do *software* de gestão de serviços *Automatos Service Management* – “ASM”, juntamente com a carteira de clientes relativa ao *software*, mantida pela Automatos Ltda., para a IT2M Tecnologia da Informação Ltda. – ME, como parte da execução do plano de negócios da Companhia que visa reduzir os elevados prejuízos operacionais gerados nos últimos anos por meio do gradativo encerramento de suas atividades, e (ii) Foi aprovada a homologação da destituição da diretora Sra. Mirian Ferreira dos Santos Mariano, brasileira, casada, gerente de vendas, inscrita no CPF/MF sob o nº 286.847.578-74, portadora da carteira de identidade RG: 42.191.974-7, com efeitos desde 05 de dezembro de 2016. **(7) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária e lavrada a presente ata, que, depois de lida foi assinada pelos presentes em livro próprio. São Paulo, 27 de dezembro de 2016. Assinaturas: Leandro Henrique Alves da Silva, Presidente, Allisson Gomes de Azevedo, Secretário, e Ideiasventures Participações S.A., neste ato representado por seus Diretores Sami Amine Haddad e Renata Cristina Saettler Reis. Certifico que a presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **Allisson Gomes de Azevedo** - Secretário. JUCESP nº 41.114/17-6 em 18/01/2017. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Opsan Resíduos Industriais S.A.

CNPJ/MF nº 07.234.499/0001-40 - NIRE 35.300.438.922

Ata de Reunião do Conselho de Administração em 13/12/2016

1. Local, Dia e Hora: Na sede social, Praça General Gentil Falcão, 108, 2º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-150 (“Companhia”), às 13h do dia 13/12/2016. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada nos termos do Artigo 16, §4º, do Estatuto Social em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber, Felipe Andrade Pinto, Lucas Giannella, David Casimiro Moreira, Davi Carvalho Mota e Luiz Pannuti Carra, além da presença do Diretor Financeiro, Fernando de Oliveira Carvalho. **3. Mesa:** Presidente: Felipe Andrade Pinto, Secretário: Fernando de Oliveira Carvalho. **4. Ordem do Dia:** (i) Deliberar sobre a aquisição de ações da Saneamento Ceará S.A., com sede em Eusébio/CE, Avenida Quarto Anel Viário, s/nº, Fazenda Santo Antônio, CEP 61760-000, CNPJ/MF nº 22.920.881/0001-00 (“Saneamento Ceará”) pela Companhia; (ii) Apreciar e deliberar sobre a abertura de filial na cidade de Eusébio/CE. **5. Deliberações Tomadas:** Os membros do Conselho de Administração, após análise e discussão da matéria proposta, deliberaram: **(i)** com a abstenção de voto dos Conselheiros Felipe Andrade Pinto, David Casimiro Moreira e Davi Carvalho Mota, os demais conselheiros aprovaram, por unanimidade, ratificar a aprovação, nos termos da Clausula 5.3 incisos “iii” e “x” do Acordo de Acionistas e do artigo 17, §1º, inciso “iii”, itens “b” e “x” do Estatuto Social, da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças em 15/09/2016 entre a Companhia e a Saneamento Ceará (“Contrato de Compra e Venda”) e seu Primeiro Aditivo ao Contrato de Compra e Venda em 12/12/2016 referente à compra de 4.150.000 ações da Saneamento Ceará, nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Compra e Venda; **(ii)** aprovar, por unanimidade, na forma do disposto no artigo 2º, § único do Estatuto Social, a abertura da filial localizada em Eusébio/CE, na Avenida Quarto Anel Viário, s/nº, Sala do Operador, Fazenda Santo Antônio, CEP 61760-000. Ficam os membros da Diretoria, em conformidade com o Estatuto Social, autorizados a tomar todas as medidas necessárias à implementação da deliberação ora aprovada. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a Ata que, lida e conferida, foi lida conforme e por todos assinada. Mesa: Felipe Andrade Pinto, presidente; Fernando de Oliveira Carvalho, secretário. Conselheiros: Felipe Andrade Pinto, Lucas Giannella, David Casimiro Moreira, Davi Carvalho Mota e Luiz Pannuti Carra. Certificamos que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. São Paulo, 13/12/2016. **Fernando de Oliveira Carvalho** - Secretário. JUCESP nº 5.847/17-5 em 13/01/2017. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.032.433/0001-80 - NIRE 35300180631

Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 16/12/2016

I. Data, local e horário: Aos 16/12/2016, às 10hs, na sede social, localizada na Avenida Paulista, 407, 8º andar, SP/SP. **II. Convocação:** Foi realizada por mensagens individuais enviadas aos senhores Conselheiros. **III. Quórum:** Os Conselheiros representando a totalidade dos membros em exercício. **IV. Mesa:** Presidente, Sr. Aparecido Carlos Correia Galdino, e Secretário, Sr. Plínio José Lopes Shiguematsu. **V. Ordem do Dia:** opinar e emitir parecer sobre aumento privado do capital social da Companhia mediante capitalização de créditos pelo Conselho de Administração da Companhia nesta data. **VI. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho Fiscal por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, opinaram favoravelmente à aprovação do aumento do capital social da Companhia mediante capitalização de crédito no valor de R\$ 7.228.225,74, mediante a emissão de 727.918 ações, calculado com base na média da cotação de fechamento ponderada pelo volume financeiro das ações da Companhia nos 15 pregões na BM&BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) anteriores a 25/11/2016, na forma do artigo 170, §1º, inciso III, da Lei 6.404/76, representando, portanto, um preço de emissão de R\$ 9,93 por ação. Diante da deliberação tomada nesta Reunião, no tocante à proposta aprovada na Reunião do Conselho de Administração a ser realizada nesta data, para a qual registram os conselheiros fiscais terem sido convidados, aprova-se e firma-se o parecer que integra a ata da presente reunião como Anexo. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a lavratura da presente ata, que após lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros presentes. São Paulo, 16/12/2016. Aparecido Carlos Correia Galdino, Presidente; Plínio José Lopes Shiguematsu, Secretário. Conselho Fiscal: Aparecido Carlos Correia Galdino, Ademir José Scarpin, e Márcio Marcio Magno de Abreu. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Arquivada na JUCESP sob o nº 41.323/17-8 em 18/01/2017. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

MARQUESA S.A.

CNPJ/MF nº 46.886.040/0001-83 - NIRE 35.300.036.093

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária (01/02/2017) Ficam os Srs. Diretores e Acionistas convocados a comparecerem na sede social da Companhia, sita à Rua Quinto Cavani, nº 101B, Setor Industrial, Itapeva/SP, em: **(I)** Assembleia Extraordinária – 01/02/2017 às 09h, para deliberar: Autorizar a alienação e transferência de bens imóveis e ativos florestais. Itapeva/SP, 23 de janeiro de 2017. **Jorge Francisco Henriques** - Diretor-Presidente.

(24, 25 e 27/01/2017)



Anexo V - acordo homologado nos autos da Ação Consignatória

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 11ª VARA CÍVEL DA JUSTIÇA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO/SP

Pedido de transferência urgente

– Art. 1º da Recomendação CNJ nº 63/2020¹ –

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. ANÁLISE DE ACORDO PARA FINS DE EVENTUAL HOMOLOGAÇÃO. POSSIBILIDADE MESMO APÓS TRÂNSITO EM JULGADO.

Tratando-se de direitos patrimoniais de caráter privado, o acordo celebrado entre as partes deve ser apreciado pelo Juízo a quo, mesmo que já existam sentença, recurso(s) e trânsito em julgado.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA.” (Agravado de Instrumento nº 70076584473, Décima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miriam A. Fernandes, Julgado em 06/03/2018)

Processo nº 0001322-73.2017.4.03.6100

ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A. (“Estapar” ou “Requerente”); AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A. – em Recuperação Judicial (“ABV” ou “Requerida”); e BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – BNDES (“BNDES” e, quando em conjunto com a Estapar e a ABV, “Partes”), todos já qualificados nos autos da ação consignatória em referência, vêm, por seus respectivos advogados abaixo assinados, **informar que se compuseram, de modo a extinguir em definitivo esta demanda**, nos seguintes termos:

¹ “Art. 1º Recomendar a todos os Juízos com competência para o julgamento de ações de recuperação judicial e falência que deem prioridade na análise e decisão sobre questões relativas à levantamento de valores em favor de credores ou empresas recuperandas, com a correspondente expedição de Mandado de Levantamento Eletrônico, considerando a importância econômica e social que tais medidas possuem para ajudar a manter o regular funcionamento da economia brasileira e para a sobrevivência das famílias notadamente em momento de pandemia de Covid-19.”



1. Trata-se de ação de consignação em pagamento ajuizada pela Estapar em face de ABV e do BNDES, ao fundamento de existir dúvida quanto à titularidade dos créditos devidos por força do Contrato de Cessão de Uso de Áreas de Estacionamento para exploração comercial da atividade de estacionamento de veículos no Aeroporto de Viracopos celebrado em 08.11.2016 (“Contrato” – fls. 23 e seguintes dos autos físicos, digitalizados conforme ID 13328247).

2. Sobrevida a r. sentença (ID 19843919), o d. Juízo entendeu o quanto segue:

“(…) No entanto, existe um Contrato de Cessão de Uso de Áreas de Estacionamento em Aeroportos que continua válido e não existe ação judicial questionando-o.

O contrato foi celebrado entre a autora e o réu Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e este é quem tem direito de receber os pagamentos.

*O contrato de financiamento do BNDES prevê o bloqueio de contas, no entanto, isto **não lhe confere o direito de recebimento direto de receitas.***

Vale ressaltar que, se o BNDES tem a interpretação de que o Aeroportos Brasil Viracopos S.A. não poderia ceder a exploração do estacionamento, precisa utilizar os meios legais para invalidá-lo. Até que isto ocorra, o contrato permanece íntegro e merece ser cumprido nos termos acordado.

*Conclui-se, portanto, que a obrigação da autora encontra-se extinta quanto à autora e o **réu Aeroportos Brasil Viracopos S.A. tem direito ao recebimento dos pagamentos.***” (destaques nossos)

3. Assim, a r. sentença reconheceu o direito da ABV de receber a integralidade dos valores depositados judicialmente nestes autos pela Estapar a título de aluguel por força do Contrato celebrado.

4. Após a prolação da referida sentença, ABV e BNDES transacionaram a respeito da titularidade dos recebíveis decorrentes do Contrato, conforme disposto na Cláusula Sexta do 2º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Receitas, Administração de Contas, Constituição de Garantia e outras avenças, celebrado entre ABV, BNDES e outros (**doc. 01**):



SEXTA

Com vistas a mitigar discussões e litígios no âmbito da Ação Consignatória nº 0001322-73.2017.4.03.6100, proposta pela ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E SERVICOS S.A. ("ALLPARK") em face do BNDES e da ABVSA, relativa aos pagamentos decorrentes da exploração do estacionamento do aeroporto, que tramita perante a 11ª Vara

Federal Cível de São Paulo, o BNDES e a ABVSA se comprometem a (i) autorizar a transferência para a CONTA OUTORGA da totalidade dos valores depositados em juízo pela ALLPARK; e (ii) a autorizar a ALLPARK a efetuar os pagamentos futuros diretamente na CONTA DISTRIBUIDORA, o que deverá ser comunicado ao Juízo por petição conjunta, sem que tal acordo represente, neste momento, renúncia sobre os recursos pendentes de julgamento, comprometendo-se, entretanto, as partes a negociar com a ALLPARK o encerramento do litígio.

5. Como se vê, BNDES e a ABV concordam (i) com a transferência da totalidade dos valores depositados judicialmente nestes autos pela Estapar para Conta Outorga (conta corrente nº 32938985, agência nº 001, junto ao Banco Citibank S.A., de titularidade de Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. – em recuperação judicial, inscrito no CNPJ sob o nº 14.522.178/0001-07); (ii) que a Estapar passe a efetuar todos os pagamentos futuros decorrentes do Contrato diretamente na Conta Distribuidora (conta corrente nº 32938888, agência nº 001, junto ao Banco Citibank S.A., de titularidade de Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. – em recuperação judicial, inscrito no CNPJ sob o nº 14.522.178/0001-07).

6. Desta forma, a Partes concordam em encerrar este litígio relativamente à titularidade dos pagamentos decorrentes do Contrato, mediante a desistência de todos os recursos pendentes ou futuros, notadamente as Apelações interpostas pela Estapar, por SOUZA ARAUJO BUTZER ZANCHIM ADVOGADOS - SABZ Advogados e pelo BNDES contra a r. sentença (ID 19843919). Caberá ao BNDES arcar somente com as despesas processuais relativas à extinção e baixa do feito e os honorários sucumbenciais fixados na r. sentença, os quais deverão ser pagos pelo BNDES como condição do levantamento por ABV dos valores constantes dos autos.



7. Com exceção dos honorários de sucumbência fixados na r. sentença (valor atualizado para abril de 2020: R\$ 27.559,39), os quais deverão ser pagos pelo BNDES como condição do levantamento por ABV dos valores constantes dos autos, cada parte ficará exclusivamente responsável pelos honorários de seus respectivos patronos, independentemente da natureza de tais honorários, sem que nenhuma verba possa ser demandada da contraparte a esse título.

* * *

8. Diante do exposto, as Partes requerem a homologação dessa transação e a extinção do processo, com fundamento no art. 487, inc. III, letra “b”, do CPC, renunciando ao direito de recorrer da sentença que homologar o presente acordo em seus exatos termos. A desistência da faculdade recursal fica ressalvada para o caso de não homologação deste acordo ou na hipótese de necessidade de integração da decisão de homologação via embargos de declaração ou outro recurso legalmente cabível.

9. Requerem, ainda, a **imediata transferência da totalidade dos valores depositados judicialmente nestes autos** pela Estapar, devidamente corrigidos, para a **conta corrente nº 32938985, agência nº 001, junto ao Banco Citibank S.A., de titularidade de Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. – em recuperação judicial, inscrito no CNPJ sob o nº 14.522.178/0001-07,** na forma autorizada pelo art. 262 do Provimento 01/2020 da Corregedoria do TRF-3 (Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região).²

² Art. 262. A critério da parte interessada, poderá ser indicada conta bancária para transferência eletrônica dos valores a serem levantados, em substituição à expedição de alvará, observada a legislação em vigor.

§1º A solicitação será acompanhada de dados de identificação da titularidade da conta indicada.

§2º A transferência será determinada pela unidade judiciária por meio de ofício expedido diretamente à instituição financeira, observando-se o mesmo procedimento previsto no art. 258.

§3º O serviço de secretaria certificará nos autos o cumprimento da ordem pela instituição financeira.



10. Finalmente, as Partes reforçam que o pedido de transferência ou de expedição de mandado de pagamento durante o Sistema Remoto de Trabalho é objeto de recomendação específica do Conselho Nacional de Justiça voltada para as empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, consoante art. 1º da Recomendação CNJ nº 63/2020:

Recomendação CNJ nº 63/2020: “Art. 1º Recomendar a todos os Juízos com competência para o julgamento de ações de recuperação judicial e falência que deem prioridade na análise e decisão sobre questões relativas à levantamento de valores em favor de credores ou empresas recuperandas, com a correspondente expedição de Mandado de Levantamento Eletrônico, considerando a importância econômica e social que tais medidas possuem para ajudar a manter o regular funcionamento da economia brasileira e para a sobrevivência das famílias notadamente em momento de pandemia de Covid-19.”

Nestes termos,
pedem deferimento.

São Paulo, 22 de maio de 2020.

Pela Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. (e seus respectivos advogados):

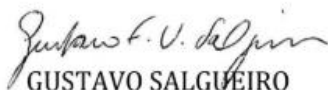


PAULO DORON R. DE ARAUJO
OAB/SP nº 246.516



ANNA SYLVIA V. DE ALBUQUERQUE
OAB/SP nº 208.064

Pelo Aeroporto Brasil Viracopos – em Recuperação Judicial (e seus respectivos advogados):



GUSTAVO SALGUEIRO
OAB/SP nº 366.232



GABRIEL BARRETO
OAB/SP nº 294.457



Pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES (e seus respectivos
advogados):

LUCIANA VILELA GONÇALVES
OAB/SP 160.544





Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO (32) Nº 0001322-73.2017.4.03.6100 / 11ª Vara Cível Federal de São Paulo

AUTOR: ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E SERVICOS S.A.

Advogado do(a) AUTOR: PAULO DORON REHDER DE ARAUJO - SP246516
Advogado do(a) AUTOR: PAULO DORON REHDER DE ARAUJO - SP246516
Advogado do(a) AUTOR: PAULO DORON REHDER DE ARAUJO - SP246516
Advogado do(a) AUTOR: PAULO DORON REHDER DE ARAUJO - SP246516
Advogado do(a) AUTOR: PAULO DORON REHDER DE ARAUJO - SP246516

Advogado do(a) AUTOR: PAULO DORON REHDER DE ARAUJO - SP246516

REU: BNDES, BNDES, BNDES, BNDES, BNDES, BNDES, AEROPORTOS BRASIL - VIRACOPOS S.A., AEROPORTOS BRASIL - VIRACOPOS S.A., AEROPORTOS BRASIL - VIRACOPOS S.A., AEROPORTOS BRASIL - VIRACOPOS S.A., AEROPORTOS BRASIL - VIRACOPOS S.A.

Advogados do(a) REU: LUCIANA VILELA GONCALVES - SP160544, ADRIANA DINIZ DE VASCONCELLOS GUERRA - S P 1 9 1 3 9 0 - A

Advogados do(a) REU: LUCIANA VILELA GONCALVES - SP160544, ADRIANA DINIZ DE VASCONCELLOS GUERRA - S P 1 9 1 3 9 0 - A

Advogados do(a) REU: LUCIANA VILELA GONCALVES - SP160544, ADRIANA DINIZ DE VASCONCELLOS GUERRA - S P 1 9 1 3 9 0 - A

Advogados do(a) REU: LUCIANA VILELA GONCALVES - SP160544, ADRIANA DINIZ DE VASCONCELLOS GUERRA - S P 1 9 1 3 9 0 - A

Advogados do(a) REU: LUCIANA VILELA GONCALVES - SP160544, ADRIANA DINIZ DE VASCONCELLOS GUERRA - S P 1 9 1 3 9 0 - A

Advogados do(a) REU: LUCIANA VILELA GONCALVES - SP160544, ADRIANA DINIZ DE VASCONCELLOS GUERRA - S P 1 9 1 3 9 0 - A

Advogados do(a) REU: GUSTAVO FONTES VALENTE SALGUEIRO - RJ135064, ALEXANDRE RAMOS - SP188415

Advogados do(a) REU: GUSTAVO FONTES VALENTE SALGUEIRO - RJ135064, ALEXANDRE RAMOS - SP188415

Advogados do(a) REU: GUSTAVO FONTES VALENTE SALGUEIRO - RJ135064, ALEXANDRE RAMOS - SP188415

Advogados do(a) REU: GUSTAVO FONTES VALENTE SALGUEIRO - RJ135064, ALEXANDRE RAMOS - SP188415

Advogados do(a) REU: GUSTAVO FONTES VALENTE SALGUEIRO - RJ135064, ALEXANDRE RAMOS - SP188415

Advogados do(a) REU: GUSTAVO FONTES VALENTE SALGUEIRO - RJ135064, ALEXANDRE RAMOS - SP188415

SENTENÇA

(Tipo A)



Depois da sentença, dos embargos de declaração e da interposição de recursos de apelação e apresentação de contrarrazões, as partes informaram a realização de acordo, nos seguintes termos:

“5. Como se vê, BNDES e a ABV concordam (i) com a transferência da totalidade dos valores depositados judicialmente nestes autos pela Estapar para Conta Outorga (conta corrente nº 32938985, agência nº 001, junto ao Banco Citibank S.A., de titularidade de Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. – em recuperação judicial, inscrito no CNPJ sob o nº 14.522.178/0001-07); (ii) que a Estapar passe a efetuar todos os pagamentos futuros decorrentes do Contrato diretamente na Conta Distribuidora (conta corrente nº 32938888, agência nº 001, junto ao Banco Citibank S.A., de titularidade de Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. – em recuperação judicial, inscrito no CNPJ sob o nº 14.522.178/0001-07).”

Requereram a homologação do acordo:

“8. Diante do exposto, as Partes requerem a homologação dessa transação e a extinção do processo, com fundamento no art. 487, inc. III, letra “b”, do CPC, renunciando ao direito de recorrer da sentença que homologar o presente acordo em seus exatos termos.

9. Requerem, ainda, a imediata transferência da totalidade dos valores depositados judicialmente nestes autos pela Estapar, devidamente corrigidos, para a conta corrente nº 32938985, agência nº 001, junto ao Banco Citibank S.A., de titularidade de Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. – em recuperação judicial, inscrito no CNPJ sob o nº 14.522.178/0001-07, na forma autorizada pelo art. 262 do Provimento 01/2020 da Corregedoria do TRF-3 (Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região).”

É o relatório.

Tendo sido proferida a sentença, não é mais possível a homologação do acordo nos termos do artigo 487, III, b, do CPC.

No entanto, tomando-se em conta a desistência dos recursos interpostos, é possível a homologação do acordo em sede de cumprimento de sentença.

A alteração é meramente de dispositivo legal, não trazendo diferença alguma à transação das partes.

Decisão.



1. Diante do exposto, **homologo o acordo** tabulado entre as partes. Extingo a execução com fundamento no artigo 924, inciso III, do Código de Processo Civil.

2. Recebo a desistência dos recursos interpostos.

3. Em razão da desistência de recursos desta sentença, certifique-se o trânsito em julgado imediatamente.

4. Expeça-se ofício para transferência dos depósitos judiciais para “*conta corrente nº 32938985, agência nº 001, junto ao Banco Citibank S.A., de titularidade de Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. – em recuperação judicial, inscrito no CNPJ sob o nº 14.522.178/0001-07*”.

Intimem-se.

Regilena Emy Fukui Bolognesi

Juíza Federal





Anexo VI - acordo homologado nos autos do Interdito Proibitório

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA DO FORO REGIONAL VILA MIMOSA DA
COMARCA DE CAMPINAS/SP

Processo nº 1004293-11.2018.8.26.0084

AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A. – em Recuperação Judicial
 (“ABV” ou “Requerida”) e ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E
SERVIÇOS S.A. (“Estapar” ou “Requerente”, e quando em conjunto com a Requerida,
“Partes”), ambas já qualificadas nos autos do Interdito Proibitório em referência,
vêm, por seus respectivos advogados abaixo assinados, **informar que se**
compuseram, de modo a extinguir em definitivo esta demanda, nos seguintes
termos:

1. A relação entre as Partes decorre do Contrato de Cessão de Uso de Áreas de Estacionamento para exploração comercial da atividade de estacionamento de veículos no Aeroporto de Viracopos celebrado entre a ABV e a Estapar, em 08.11.2016 (“Contrato” – fls. 123/146).
2. Por meio da r. decisão proferida nos autos da Impugnação de Crédito nº 1042943-37.2018.8.26.0114, o MM. Juízo da 8ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Campinas, responsável pelo processo de recuperação judicial da Requerida, julgou improcedente o pedido formulado na impugnação, tendo reconhecido que não se operou a rescisão unilateral do Contrato (fls. 951/953).
3. Desta forma, pela presente transação, as Partes reconhecem que o Contrato permanece válido, eficaz e em vigor, acatando integralmente os termos da decisão proferida na referida impugnação de crédito e reconhecendo, em definitivo,


o direito de a Estapar explorar a atividade de estacionamento nos termos do Contrato, sendo certo que, no processo de relicitação envolvendo o Contrato, será integralmente observado o disposto no artigo 14, § 2º, V, da Lei nº 13.448/2017.


4. Cada parte ficará exclusivamente responsável pelos honorários de seus respectivos patronos, independentemente da natureza de tais honorários, sem que nenhuma verba possa ser demandada da contraparte a esse título. Eventuais custas devidas pelo arquivamento desta demanda correrão por conta da Requerida, exclusivamente.

5. Diante do exposto, as Partes requerem a homologação dessa transação e a extinção do processo, com fundamento no art. 487, inc. III, letra “b”, do CPC, renunciando ao direito de recorrer da sentença que homologar o presente acordo em seus exatos termos.

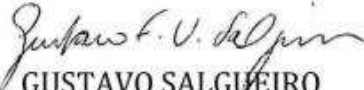
Nestes termos,
pedem deferimento.
São Paulo, 25 de maio de 2020.


Pela Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. (e seus respectivos advogados):


PAULO DORON R. DE ARAUJO
OAB/SP nº 246.516


ANNA SYLVIA V. DE ALBUQUERQUE
OAB/SP nº 208.064

Pela Aeroporto Brasil Viracopos – em Recuperação Judicial (e seus respectivos advogados):


GUSTAVO SALGUEIRO
OAB/SP nº 366.232


GABRIEL BARRETO
OAB/SP nº 294.457

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE CAMPINAS

FORO REGIONAL DE VILA MIMOSA

4ª VARA

RUA DIONISIO GAZOTTI, N.º 719, Campinas - SP - CEP 13050-050

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004293-11.2018.8.26.0084**
 Classe - Assunto: **Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Requerente: **Allpark - Estapar Empreendimentos Participações e Serviços Ltda**
 Requerido: **Aeroportos Brasil Viracopos S.a.**

Juiz de Direito: Dr. **José Evandro Mello Costa**

Vistos.

HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes nas folhas 954/955, para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do artigo 334, § 11, do Código de Processo Civil e, Em consequência, **JULGO** resolvido o mérito deste processo, com fundamento no artigo 487, inciso III, letra "b", c.c. artigo 354, ambos do Código de Processo Civil.

O trânsito em julgado desta decisão ocorrerá nesta data, tendo em vista o caráter consensual do pedido.

Inexistindo custas remanescentes a serem recolhidas, archive-se o processo.

P.R.I.C.

Campinas, 05 de junho de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



Anexo VII - acordo na impugnação de crédito na recuperação judicial
de VCP

EXMA. SRA. DRA. JUÍZA DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA
COMARCA DE CAMPINAS – ESTADO DE SÃO PAULO

Impugnação de Crédito nº 1042943-37.2018.8.26.0114

AEROPORTOS BRASIL – VIRACOPOS S.A. – em Recuperação Judicial
(“ABV”) e OUTRAS (“Recuperandas” ou “Impugnantes”) e ALLPARK
EMPREENHIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A. (“Estapar” ou “Impugnada”,
e quando em conjunto com as Recuperandas, “Partes”), todas já qualificadas nos
autos da impugnação de crédito em referência, vêm, por seus respectivos advogados
abaixo assinados, **informar que se compuseram, de modo a extinguir em**
definitivo este incidente, nos seguintes termos:

1. A relação entre as Partes decorre do Contrato de Cessão de Uso de Áreas de Estacionamento para exploração comercial da atividade de estacionamento de veículos no Aeroporto de Viracopos celebrado entre a ABV e a Estapar, em 08.11.2016 (“Contrato” – fls. 16/39).
2. Por meio da r. decisão de fls. 500/502, o pedido formulado nesta impugnação foi julgado improcedente, tendo esse MM. Juízo reconhecido que não se operou a resilição unilateral do Contrato, de modo que inexistente qualquer crédito a ser habilitado nesta Recuperação Judicial relacionado ao assunto.
3. Desta forma, pela presente transação, as Partes reconhecem que o Contrato continua válido, eficaz e em vigor, acatando integralmente os termos da r. decisão de fls. 500/502.

4. Em decorrência desta transação, as Partes renunciam ao direito de interpor qualquer recurso contra a r. decisão de fls. 500/502, que desta forma deverá transitar em julgado. A Impugnada desiste dos embargos de declaração de fls. 505/509.

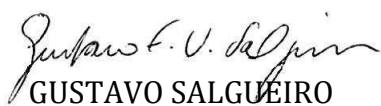
5. Cada parte ficará exclusivamente responsável pelos honorários de seus respectivos patronos, independentemente da natureza de tais honorários, sem que nenhuma verba possa ser demandada da contraparte a esse título. Eventuais custas devidas pelo arquivamento desta impugnação correrão por conta das Impugnantes, exclusivamente.

6. Diante do exposto, as Partes requerem a homologação dessa transação, renunciando ao direito de recorrer da decisão que homologar o presente acordo em seus exatos termos.

Nestes termos,
pedem deferimento.

São Paulo, 25 de maio de 2020.

Pelas Impugnantes (e seus respectivos advogados):


GUSTAVO SALGUEIRO

OAB/SP nº 366.232


GABRIEL BARRETO

OAB/SP nº 294.457

Pela Impugnada (e seus respectivos advogados):


JOEL LUÍS THOMAZ BASTOS

OAB/SP nº 122.443


IVO WAISBERG

OAB/SP nº 146.176